



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
CAMPUS AVANÇADO DE PAU DOS FERROS – CAPF
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA – DEC

CAMILA FREITAS DE OLIVEIRA

**O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA RENDA, NO EMPREGO
E NO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO
MUNICÍPIO DE ERERÉ-CE**

PAU DOS FERROS-RN

2024

CAMILA FREITAS DE OLIVEIRA

**O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA RENDA, NO EMPREGO
E NO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO
MUNICÍPIO DE ERERÉ-CE**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Ciências Econômicas, do Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Orientador: Prof. *Dr.* José Elesbão de Almeida

PAU DOS FERROS-RN

2024

O48i Oliveira, Camila Freitas de

Os impactos do programa bolsa família na renda, no emprego e no crescimento e desenvolvimento do município de Ereré- CE. / Camila Freitas de Oliveira. - Pau dos Ferros- RN, 2024.

68p.

Orientador(a): Prof. Dr. José Elesbão de Almeida.

Monografia (Graduação em Ciências Econômicas).
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Ciências Econômicas. 2. Renda. 3. Programas Sociais. 4. Bolsa família. I. Almeida, José Elesbão de. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

CAMILA FREITAS DE OLIVEIRA

**O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA RENDA, NO EMPREGO
E NO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO
MUNICÍPIO DE ERERÉ-CE**

TERMO DE APROVAÇÃO

Monografia apresentada para apreciação da Banca Examinadora em:

Prof. *Dr.* José Elesbão de Almeida
Professor Orientador

Prof. *Dr.* Magnus Kelly Pinheiro de Oliveira
Membro da banca

Prof. *Me.* Francisco Ringostar Pinto
Membro da banca

PAU DOS FERROS-RN

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, fonte de toda sabedoria e inspiração, por guiar meus passos durante esta jornada acadêmica.

Aos meus amados pais, Cleonice e Ronaldo, por seu amor incondicional, apoio inabalável e sacrifícios incansáveis ao longo dessa caminhada.

À minha querida sogra/mãe, Corrinha, pelo carinho, compreensão e incentivo constantes, que tornaram esta jornada ainda mais especial.

Ao meu noivo, Italo, por ser meu porto seguro, meu apoio incondicional e minha fonte de motivação diária.

Ao meu ex-professor e amigo, Maxilon, por sua orientação valiosa, amizade sincera e incentivo constante ao longo dos dias.

Aos meus estimados colegas de classe, em especial Luanda, Gabriela, Moizés, Diovana e Évertom, por compartilharem comigo momentos de aprendizado, desafios e conquistas, tornando esta jornada acadêmica mais enriquecedora e memorável.

Ao meu dedicado professor e orientador, Elesbão, por sua orientação precisa, paciência infinita e apoio indispensável na condução deste trabalho.

Aos demais professores e colaboradores do departamento de economia, pelos ensinamentos transmitidos, apoio acadêmico e contribuições para o meu desenvolvimento intelectual.

A todos vocês, minha mais profunda gratidão por fazerem parte deste importante capítulo da minha vida acadêmica. Sem o apoio, compreensão e incentivo de cada um de vocês, este trabalho não teria sido possível. Obrigado por serem parte fundamental do meu crescimento pessoal e profissional. Que nossa jornada siga repleta de aprendizado, sucesso e realizações.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar os impactos do Programa Bolsa Família na renda, no emprego e no desenvolvimento econômico do município de Ereré-CE, por meio da sua transferência aos beneficiários que, através de critérios específicos, são selecionados para o referido programa. A análise está focada no levantamento de dados, resultantes de pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. Sendo essa última, aplicada diretamente ao público beneficiado pelo PBF por meio de um questionário, de forma amostral, totalizando 5% do número total do público alvo. É realizado um estudo de caso específico no município que permite uma análise detalhada do objeto de estudo em questão com o objetivo de compreender suas particularidades, dinâmicas e impactos. Os resultados da análise corroboram com a ideia de que o Programa obteve êxito enquanto parte central de uma política de redução da miséria e de que isto se deveu a esta crescente expansão e interligação das políticas focalizadas e ao quadro socioeconômico. Essa afirmação está calcada, principalmente, no fato de que o município pesquisado depende economicamente das transferências de renda do Governo Federal, incluindo, especialmente, o Programa Bolsa Família.

Palavras-chave: Bolsa Família, programas sociais e renda.

ABSTRACT

The aim of this research is to investigate the impact of the Bolsa Família Program on income, employment and economic development in Ereré-CE, through its transfer to beneficiaries who are selected for the program based on specific criteria. The study is focused on gathering data from bibliographical and documentary research and field research. The latter was applied directly to the public benefiting from the PBF by means of a questionnaire, in a sample, totaling 5% of the total number of the target public. A specific case study was carried out in the municipality, allowing for a detailed analysis of the object of study in question with the aim of understanding its particularities, dynamics and social impacts. The results of the research corroborate the idea that the Program has been successful as a central part of a national policy to reduce poverty, supplement income and provide social assistance, especially for the neediest families. This statement is based mainly on the fact that the municipality surveyed depends economically on income transfers from the federal government, including, especially, the Bolsa Família Program.

Keywords: Bolsa Família, Social programs and Income.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 01 – Mapa do estado do Ceará – Ereré em destaque.....	29
IMAGEM 02 – Mapa político e fronteiras do município de Ereré – CE.....	30
GRÁFICO 01 – Mortalidade infantil no município de Ereré–CE.....	33
GRÁFICO 02 – Valor total dos benefícios do Programa Bolsa Família (PBF).....	38
GRÁFICO 03 – Valor total dos benefícios do Programa Bolsa Família (PBF).....	39
GRÁFICO 04 – Valor total dos benefícios do Programa Bolsa Família (PBF).....	40
GRÁFICO 05 – Total de beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF).....	41
GRÁFICO 06 – Total de beneficiários do Programa Bolsa Família.....	41
GRÁFICO 07 – Nível de escolaridade dos entrevistados.....	46
GRÁFICO 08 – Principal ocupação dos entrevistados.....	47
GRÁFICO 09 – Renda bruta dos entrevistados.....	48
GRÁFICO 10 – Quantidade de pessoas por família dos entrevistados.....	50
GRÁFICO 11 – Programas sociais que atendem às famílias dos entrevistados.....	51
GRÁFICO 12 – Como os beneficiários entrevistados gastam os recursos do bolsa família	52
GRÁFICO 13 – Melhorias promovidas pelo Programa Bolsa Família (PBF).....	53

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Distribuição da população residência/gênero do município de Ereré-CE.....	31
TABELA 02 – Quadro de profissionais de saúde do município de Ereré-CE.....	32
TABELA 03 – Quantidade de docentes e matrícula inicial – 2023.....	34
TABELA 04 – Indicadores educacionais no ensino fundamental e médio – 2022 (%).....	34
TABELA 05 – Número de empregos formais – 2020.....	35
TABELA 06 – Índices Sociais do Município de Ereré - 2010 e 2020.....	36
TABELA 07 – População em Extrema Pobreza.....	36

LISTA DE SIGLAS

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CE - Ceará

FMI- Fundo Monetário Internacional

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDM - Índice de Desenvolvimento Municipal

IDS-O - Índice de Desenvolvimento Social de Oferta

IDS-R - Índice de Desenvolvimento Social de Resultado

IPEADATA - Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PBF - Programa Bolsa Família

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT - Partido dos Trabalhadores

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

SEDUC - Secretaria Estadual de Educação do Ceará

SEMED - Secretaria Municipal de Educação de Ereré

SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Gestão

SME- Secretaria Municipal de Saúde de Ereré

SUDENE- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UPP- Unidades de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DESIGUALDADE DE SOCIAL E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ADOTADAS NO BRASIL.....	13
1.1 Desigualdade de renda.....	13
1.2 Políticas públicas no Nordeste.....	17
1.2.1 Políticas sociais do governo Lula.....	20
2. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA: PERFIL BÁSICO DO MUNICÍPIO DE ERERÉ.....	28
2.1 Aspectos geográficos.....	28
2.1.2 Aspectos ambientais.....	30
2.1.3 Composição demográfica.....	31
2.1.4 Oferta de serviços públicos.....	32
2.2 Perfil socioeconômico e transferência de renda.....	35
2.2.1 Desenvolvimento social.....	35
2.2.2 Programas de transferência de renda.....	37
3 ANALISANDO OS DADOS DA PESQUISA.....	42
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	58
APÊNDICE.....	62

INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado no governo Lula, em 2003, posteriormente regulamentado pelo Decreto n. 5.209/2004 e caracteriza-se como um programa de transferência direta de renda, voltado basicamente para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil. Para integrar esse programa é necessário cumprir algumas condicionantes, como estar em situação de pobreza, além de atender a outras condicionalidades voltadas à educação e à saúde.

O objetivo principal do PBF é transferir renda diretamente para as famílias e garantir o acesso aos básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social. O propósito perseguido pelo PBF, inicialmente, era permitir o alívio imediato da situação de pobreza e extrema pobreza e contribuir para que as famílias superassem o ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações. O programa visava atender a outros propósitos, dentre os quais articular iniciativas nas três frentes de governo e da sociedade civil com o intuito de assegurar o desenvolvimento de capacidades das famílias pobres visando a superação da condição de vulnerabilidade.

Vale ressaltar que os programas de transferências de renda foram concebidos em uma conjuntura fortemente marcada pelo aumento do desemprego e acentuada queda na renda do trabalho, com conseqüente crescimento da pobreza e da desigualdade social. Dentre esses programas está o PBF, vinculado a uma política de transferência de renda, conjugado a outras políticas complementares, cuja finalidade era promover o desenvolvimento do capital humano e a autonomia dos beneficiários.

O valor do benefício varia de acordo com a situação de pobreza ou extrema pobreza em que a família se encontra, assim como em relação à existência de gestantes, crianças e adolescentes.

O programa delega aos municípios, articulados com estados e a União, a responsabilidade de identificar as famílias que se enquadram nos requisitos exigidos para recebimentos dos benefícios, inscrevendo as mesmas em um Cadastro Único. Cabe também a esses agentes a responsabilidade de verificar o cumprimento das condições para o recebimento do benefício.

Assim, o presente estudo tem por finalidade verificar os efeitos do Programa Bolsa Família no município de Ereré-CE, com o intuito de observar sua importância como política de complementação de renda, assistência social, melhoria do acesso aos serviços básicos de saúde e educação, das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Nesse sentido, a questão principal que move este trabalho, consiste em responder às seguintes questões: i) qual a importância das políticas públicas e de desenvolvimento regional para a região Nordeste? ii) qual a relevância das políticas de transferência direta de renda para as famílias em situação de pobreza extrema e assistência social para o município de Ereré-CE?

A pesquisa possui abordagem quanti-qualitativa, que combinou elementos quantitativos e qualitativos. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e o Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada (IPEADATA), além de artigos de estudiosos com temáticas relacionadas ao objeto de estudo. Para a obtenção de dados, foi utilizada a consulta online de relatórios e documentos desses institutos. Além disso, foi realizado um estudo de caso para análise mais aprofundada. Também foi realizada uma pesquisa de campo, entre os dias 08 a 15 de janeiro de 2024, na qual foi aplicado um questionário composto por 20 perguntas objetivas. Esse questionário tinha como objetivo obter dados relacionados ao objeto da pesquisa diretamente dos participantes. Em conjunto, esses elementos permitiram uma análise ampla e detalhada do objeto de estudo, combinando dados quantitativos e qualitativos, obtidos tanto por meio de fontes secundárias quanto por meio de pesquisa de campo.

O presente trabalho está organizado em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, faz-se um breve esboço sobre as transformações ocorridas no Brasil a respeito da implementação de políticas públicas e o seu impacto na diminuição das desigualdades sociais existentes no país, tendo como foco principal o período de 2003 a 2010, em que essas políticas ocorreram de maneira mais intensa no Brasil, em especial na região Nordeste. No segundo capítulo, é realizada a caracterização do município de Ereré-CE, onde são abordadas as características geográficas, demográficas e socioeconômicas do município. Já no terceiro capítulo, é feita a análise dos dados da pesquisa de campo. Finalmente, nas considerações finais se faz um balanço sucinto da importância do PBF no município de Ereré-CE, como instrumento de atenuação das desigualdades.

1 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DESIGUALDADE DE SOCIAL E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ADOTADAS NO BRASIL

Neste capítulo, faz-se um breve esboço sobre as transformações ocorridas no Brasil em relação a implementação de políticas públicas e o seu impacto na desigualdade social existente no país, focando no período de 2003 a 2010, onde essas políticas ocorreram de maneira mais intensa no Brasil, em especial na região Nordeste.

1.1 Desigualdade de renda

É correto afirmar que a diferença entre as rendas per capita no Brasil é uma característica marcante do país. O Brasil possui uma das maiores desigualdades de renda do mundo e conseqüentemente uma distribuição de renda bastante concentrada.

De acordo com Campello *et al* (2018), a avaliação mais comum da desigualdade é realizada através da medição da concentração de renda, geralmente expressa pelo coeficiente de Gini. Segundo os autores, essa métrica destaca a disparidade entre os rendimentos das camadas mais pobres e mais ricas da sociedade, desempenhando um papel fundamental ao revelar uma das características mais fundamentais do fenômeno: a desigualdade de renda. No entanto, afirmam que é importante reconhecer que essa abordagem possui limitações, pois se concentra exclusivamente em um único aspecto do problema, que é a renda monetária. Dessa forma, embora o Coeficiente de Gini ofereça uma visão crucial da disparidade econômica, ele não abrange outras dimensões importantes da desigualdade, como acesso a serviços essenciais, acesso à educação, saúde e etc. Assim, enquanto o Coeficiente de Gini é uma ferramenta útil para quantificar a desigualdade de renda, é preciso complementá-la com análises que explorem outros aspectos da desigualdade social, proporcionando uma compreensão mais abrangente e precisa do panorama socioeconômico de uma sociedade.

É absolutamente importante discutir a desigualdade do ponto de vista da renda, olhando o estoque de capital e o patrimônio acumulado pelos ricos. No entanto, o olhar sobre a desigualdade não pode ignorar a necessidade de superar a assimetria de acesso a bens e serviços. Uma parcela expressiva da população vem vivendo à margem de condições mínimas de vida. Elevá-las a um patamar de dignidade não pode ser considerado um valor secundário no debate sobre desigualdade. Esse tema é, sem dúvida, um dos mais relevantes aprendizados e evidências do período de conquistas sociais que o Brasil viveu recentemente (Campello; Gentili; Rodrigues; Hoewell, 2018, p. 56).

Conforme Campello *et al.* (2018), no período compreendido entre 1980 e 2001, o coeficiente de Gini permaneceu estagnado em um patamar elevado, registrando 0,59. Contudo, em 2015, observou-se uma queda notável, atingindo o seu nível mais baixo de 0,49.

Essa significativa mudança pode ser atribuída a uma série de fatores e políticas implementadas ao longo do tempo. Segundo os autores, uma das influências importantes foi o aumento real do salário mínimo, que contribuiu para melhorar as condições financeiras das camadas mais vulneráveis da população. Além disso, a crescente formalização do mercado de trabalho desempenhou um papel crucial na redução da desigualdade, proporcionando maior segurança e benefícios aos trabalhadores. Ainda, a incorporação dos mais pobres ao orçamento federal também desempenhou um papel vital, resultado de políticas de inclusão social e uma distribuição efetiva de renda. Essa abordagem integrada contribuiu para a transformação positiva nos indicadores de desigualdade. Dessa forma, a queda no Coeficiente de Gini reflete não apenas mudanças econômicas, mas também a eficácia de políticas sociais abrangentes e estratégias de inclusão que, combinadas, conseguiram atenuar as disparidades socioeconômicas e melhorar a distribuição de renda no país.

As diferenças de renda per capita podem ser observadas em diferentes níveis geográficos, como entre regiões, estados, municípios e até mesmo dentro das áreas urbanas. Algumas das principais razões para essa disparidade de acordo com os autores abaixo são:

- 1) Concentração econômica: Castro (2014) observa que as regiões economicamente mais desenvolvidas, como o Sudeste e o Sul, geralmente apresentam rendas per capita mais elevadas em comparação com regiões menos desenvolvidas, como o Norte e o Nordeste. Essa disparidade está associada à concentração de indústrias, serviços e infraestrutura nessas áreas. Isso destaca a desigualdade regional existente no Brasil, onde algumas regiões concentram a maior parte das atividades econômicas e, conseqüentemente, têm rendas per capita mais altas. Isso ressalta a importância de políticas públicas que busquem reduzir essas disparidades e promover um desenvolvimento mais equilibrado em todo o país.
- 2) Desigualdade histórica: Yasbek (2012) aponta que a desigualdade social e econômica no Brasil é histórica, sendo influenciada pela escravidão, pela concentração de terras e pela falta de acesso a oportunidades educacionais e econômicas para grupos específicos. Assim, esses fatores têm contribuído para a perpetuação da desigualdade no país.
- 3) Setor informal: Arrais (2019) aponta que uma parte considerável da população brasileira trabalha no setor informal, caracterizado por salários menores e menos benefícios e que a realidade contribui para a desigualdade de renda no país. Isso destaca a importância do setor informal na economia brasileira, mas também ressalta os desafios enfrentados por aqueles que trabalham nesse setor, como baixos salários e

falta de benefícios. Essa condição tem um impacto significativo na desigualdade de renda, uma vez que os trabalhadores informais geralmente têm menos acesso a recursos financeiros e oportunidades de crescimento econômico.

- 4) Educação e qualificação: Segundo Castro (2014), a desigualdade na distribuição de recursos educacionais afeta diretamente o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas e conseqüentemente a renda per capita em diferentes regiões. Dessa forma, a falta de acesso à educação de qualidade e a oportunidades de capacitação profissional podem limitar as chances de obtenção de empregos com remuneração mais alta.

As grandes diferenças de renda existentes entre as economias têm despertado interesse e levado a diversos estudos sobre crescimento e processos de convergência de renda entre regiões e também entre municípios de uma mesma região.

Baumol e Wolff ao estudarem o processo de convergência de renda entre as regiões, refinam a análise e se deparam com uma convergência de renda em clubes, ou seja, a influência da renda inicial per capita sobre as taxas de crescimento variaria de acordo com as características locais. Assim, os autores concluem que cada clube apresentaria um steady state, onde regiões pertencentes ao mesmo clube convergiriam em renda entre si e que não haveria uma convergência de renda absoluta (Baumol; Wolff, 1988 apud Ribeiro; Almeida, 2012, p. 400).

Já para Mankiw *et al.* (1992), em seu trabalho, abordam que a convergência de renda ocorre condicionalmente, ou seja, quando diferem aspectos específicos de cada região, como diferentes taxas de crescimento populacional e diferentes níveis de capital humano, encontram-se diferentes níveis de equilíbrio (steady state). Assim, pode-se dizer que uma questão relacionada à discussão da convergência de renda é a dimensão regional, ou seja, é interessante considerar o impacto dos efeitos espaciais na dinâmica de crescimento que cada região apresenta.

Segundo Pôrto Jr e Ribeiro (2003, p. 4):

Os períodos de crescimento econômico são períodos que tendem a aumentar a distância relativa entre as regiões do ponto de vista da renda per capita, e a distância entre os Estados do Nordeste e os Estados das regiões Sul e Sudeste tem-se mantido inalterada desde a década de 1970. Os Estados brasileiros apresentam níveis distintos de renda, de estado estacionário, o que indica a possibilidade de convergência condicional; o nível de escolaridade é um fator importante na explicação do crescimento econômico regional.

Tratando-se do Nordeste, especificamente, Rocha e Vergolino (2002) chegam a conclusão de que a variável capital humano influencia positivamente o produto microrregional e que a produtividade regional, por sua vez, está positivamente relacionada

com as condições de vida iniciais. Ademais, ressaltam que quanto mais distantes forem as microrregiões dos grandes centros regionais, menores serão as rendas per capita das regiões isoladas.

Nos resultados de seu trabalho, Pôrto Jr e Ribeiro (2003), constataram que todos os casos analisados, apontam para a formação de clubes de convergência e de polarização entre ricos e pobres, além de negarem a hipótese de convergência absoluta. Dessa forma, atesta-se que entre os 1.372 municípios da região Nordeste, há uma tendência de longo prazo de concentração em rendas média/baixas, que pode ser compreendida como “clubes”, sendo: um clube de renda abaixo da média, com 77% dos municípios; um grupo de renda média, que conteria 10% dos municípios; e um muito pobre, abarcando os 13% restantes. Segundo os autores, conclui-se, deste modo, que existe uma tendência convergência perversa na Região Nordeste.

Esses resultados corroboram o que boa parte da literatura vem indicando: se novos choques não alterarem favoravelmente a distribuição de renda entre os Estados e regiões no Brasil, há uma tendência de persistência na concentração da renda per capita em regiões do Centro-Sul do país e de perpetuação do atraso relativo das regiões Norte e Nordeste. Observando-se apenas a Região Nordeste, verifica-se que não há sinais de convergência absoluta em relação à Região Sudeste e que, internamente, os Estados e municípios não convergem para uma mesma renda média de longo prazo (Pôrto Jr; Ribeiro, 2003, p. 13).

É importante ressaltar que existem políticas e programas governamentais voltados para reduzir a desigualdade de renda no Brasil, como transferência de renda, programas de inclusão social e investimentos em educação e infraestrutura. No entanto, a redução das disparidades de renda é um desafio complexo que requer ações abrangentes e contínuas (Castro, 2014).

Segundo Amartya Sen (1999), uma compreensão apropriada do desenvolvimento deve transcender a simples acumulação de riqueza e o aumento do Produto Nacional Bruto, bem como outras métricas associadas à renda, e que embora reconheçamos a relevância do crescimento econômico, é necessário que tenhamos uma visão mais abrangente.

Os fins e os meios do desenvolvimento requerem análise e exame minuciosos para uma compreensão mais plena do processo de desenvolvimento; é sem dúvida inadequado adotar como nosso objetivo básico apenas a maximização da renda ou da riqueza, que é, como observou Aristóteles, “meramente útil e em proveito de alguma coisa”. Pela mesma razão, o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. (Sen, 1999, p. 29).

Amartya Sen (1999), revela que o desenvolvimento tem de estar relacionado acima de tudo com a melhoria da vida das pessoas e das liberdades que elas desfrutam. Para ele,

expandir tais liberdades não só torna a vida das pessoas mais ricas e mais desimpedidas, como também lhes permite serem seres sociais mais completos.

O desenvolvimento econômico apresenta ainda outras dimensões, entre elas a segurança econômica. Com grande frequência, a insegurança econômica pode relacionar-se à ausência de direitos e liberdades democráticas. De fato, o funcionamento da democracia e dos direitos políticos pode até mesmo ajudar a impedir a ocorrência de fomes coletivas e outros desastres econômicos. Os governantes autoritários, que raramente sofrem os efeitos de fomes coletivas (ou de outras calamidades econômicas como essa), tendem a não ter estímulo para tomar providências preventivas oportunas. Os governos democráticos, em contraste, precisam vencer eleições e enfrentar a crítica pública, dois fortes incentivos para que tomem medidas preventivas contra aqueles males. Não surpreende que nenhuma fome coletiva jamais tenha ocorrido em toda a história do mundo em uma democracia efetiva, seja ela economicamente rica, seja ela economicamente pobre (Sen, 1999, p. 30).

Para Amartya Sen (1999), as liberdades políticas e civis são elementos essenciais da liberdade humana e negá-las resulta em uma deficiência. O autor salienta que ao examinar o papel dos direitos humanos no desenvolvimento, é necessário levar em conta tanto a importância constitutiva quanto a importância instrumental dos direitos civis e liberdades políticas.

A falta de habilidades individuais está intimamente ligada a um nível de renda reduzido, estabelecendo uma relação recíproca. Em primeiro lugar, a escassez de recursos financeiros pode ser uma causa fundamental de analfabetismo, condições precárias de saúde, fome e desnutrição. Em segundo lugar, de forma inversa, uma educação e saúde melhoradas contribuem para a obtenção de rendas mais altas (Sen, 1999).

1.2 Políticas públicas no Nordeste

As políticas públicas atuam de maneira vital no desenvolvimento econômico do Nordeste. Em virtude das peculiaridades socioeconômicas e geográficas da região, é fundamental que haja políticas públicas direcionadas para promoção do crescimento econômico, redução das desigualdades regionais e também intra-regionais, e conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida da população nordestina (Castro, 2014).

De acordo com Castro (2014), às políticas públicas voltadas para o Nordeste podem criar condições favoráveis para o crescimento econômico regional, que incluem incentivos fiscais e financeiros para atrair investimentos privados, promoção de setores estratégicos para a região, como turismo, energias renováveis, agricultura familiar, agronegócio, indústria de tecnologia da informação e serviços; e o estímulo ao empreendedorismo e à inovação.

Investimentos em pesquisa e desenvolvimento, qualificação profissional e acesso a crédito são algumas das medidas que podem estimular o crescimento desses setores. Além disso, é fundamental o apoio à infraestrutura necessária para o desenvolvimento econômico da região.

Além disso, conforme Castro (2014), sabendo que o Nordeste é considerado a região mais pobre do país, é relevante que se adotem políticas públicas direcionadas para a inclusão social e a redução da pobreza, que são fundamentais para o desenvolvimento econômico sustentável do Nordeste. Desse modo, programas de transferência de renda, acesso a serviços básicos, capacitação profissional e estímulo à geração de emprego e renda são algumas das medidas que podem contribuir para melhorar as condições de vida da população e impulsionar o desenvolvimento econômico.

O relevante papel historicamente desempenhado pelo Estado e pelas instâncias de formulação de políticas públicas em favor do crescimento econômico e do fortalecimento produtivo no Brasil é amplamente reconhecido. Do ponto de vista teórico e conceitual, os princípios do modelo de intervenção desenvolvimentista estavam subjacentes às políticas de crescimento econômico formuladas pelo menos até meados dos anos 1970, sustentando o projeto de industrialização brasileiro (Uderman, 2008, p. 105).

De acordo com Uderman (2008), sem visar deliberadamente objetivos de desenvolvimento regional, alguns eventos anteriores criaram as condições para a expansão da economia nordestina. Primeiramente, a importância da integração tornou-se cada vez mais proeminente, associada à implantação da indústria automobilística, que passou a ligar os espaços periféricos ao centro do país, respondendo à necessidade urgente de melhor articular os fluxos internos. Em segundo lugar, a expansão do setor petrolífero e dos gastos na Bahia teve um efeito multiplicador, dinamizando a economia do estado e da região. Além disso, segundo a autora, a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1952, dava indícios do despontar da temática regional na agenda de desenvolvimento nacional.

Foi apenas em 1959, com a instituição da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que se completou a estruturação de um modelo de intervenção do governo central que obedecia aos princípios desenvolvimentistas e respondia aos anseios regionais. Coordenando todos os programas e projetos de inversões federais na região Nordeste, outorgando incentivos fiscais e financeiros com vistas à atração de investimentos, planejando e executando as intervenções formuladas, a SUDENE, cujo principal agente financeiro era o BNB, dava formas concretas ao processo de integração do espaço econômico nacional (Uderman, 2008, p.107).

Dentre as políticas de desenvolvimento implementadas pelo Estado, pode-se destacar a criação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que foi um programa federal que previa investimentos em infraestrutura e desenvolvimento regional em todo o país, incluindo

o Nordeste. O programa contempla projetos de transporte, energia, saneamento básico, habitação, entre outros, com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico e melhorar a qualidade de vida da população (BNDES, 2011).

Outro programa federal de suma importância para o desenvolvimento do Nordeste foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1995. O PRONAF é uma política pública voltada para o fortalecimento da agricultura familiar, que engloba as unidades de produção agrícola conduzidas por agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, sua finalidade é promover o desenvolvimento rural sustentável e reduzir as desigualdades sociais e econômicas no meio rural. O programa busca oferecer apoio e incentivos aos agricultores familiares, visando melhorar suas condições de produção, acesso a recursos financeiros, assistência técnica, capacitação, comercialização de produtos e acesso a mercados (Schneider *et al.* 2021).

Ainda assim, um programa que possui grande impacto social e econômico não só no Nordeste, mas no país inteiro é o Bolsa Família, que consiste em um programa de transferência de renda, implementado no Brasil em 2003 e que perdura até os dias atuais, tendo como objetivo combater a pobreza e a extrema pobreza, promover a inclusão social e garantir o acesso a direitos básicos para as famílias em situação de vulnerabilidade. O programa funciona por meio da transferência direta de recursos financeiros para famílias de baixa renda, contribuindo para a melhoria das condições de vida destas famílias, auxiliando na garantia de alimentação adequada, acesso à educação, saúde básica e assistência social (De Souza *et al.* 2019).

É fundamental ressaltar que as políticas públicas e iniciativas de desenvolvimento regional devem ser cuidadosamente planejadas, fundamentadas em diagnósticos e estudos detalhados das necessidades e potencialidades da região. Além disso, o engajamento de atores locais, parcerias público-privadas e a continuidade das ações são aspectos essenciais para alcançar resultados significativos no progresso econômico do Nordeste.

Batista *et al.* (2020) afirma que a partir dos anos 1990 e especialmente na primeira década dos anos 2000, o Nordeste beneficiou-se com o ciclo recente de expansão de gastos públicos de natureza estrutural e com o aumento de gastos sociais e dos programas de transferência de renda, que combinados contribuem para a frágil redução dos indicadores de pobreza e desigualdade, historicamente acentuados na região.

No tocante ao estado do Ceará, algumas considerações sobre seus modos de regulação e acumulação nas últimas décadas merecem especial atenção. As transformações ocorridas na economia brasileira, especialmente com a agenda de reformas neoliberais dos anos 1990, onde se destacam abertura

comercial e financeira e um amplo processo de privatizações, são forças indutoras de um processo de desconcentração da atividade econômica pelos espaços subnacionais. Nesse cenário, o estado do Ceará consegue consolidar um processo de ajuste e reconfiguração do seu modo de regulação, envolvendo instrumentos como ajuste fiscal e o amadurecimento de uma política de atração de investimentos (Vasconcelos; Almeida; Silva, 1999; Lima, 2004 Apud Batista; Moura; Alves, 2020, p. 1005).

Conforme Alves e Paulo (2014), os resultados sociais, obtidos em consequência do novo padrão de crescimento do estado do Ceará, mostram-se conflitantes com a melhoria da qualidade do crescimento econômico, perdurando ainda uma grande fragilidade em seu mercado de trabalho, com altos padrões de informalidade e precarização de rendimentos e nos seus indicadores sociais. As iniciativas para atrair investimentos não têm apresentado eficácia na promoção de mudanças estruturais socioeconômicas do estado. Assim, questões tradicionais, como desigualdade de renda e crescimento insuficiente em relação ao crescimento populacional, continuam sendo desafios a serem superados.

1.2.1 Políticas sociais do governo Lula

No período do governo Lula, as políticas sociais foram estrategicamente direcionadas para enfrentar a miséria, adotando abordagens seletivas e focalizadas que visavam principalmente os estratos mais empobrecidos da classe trabalhadora. Durante esse tempo, testemunhamos uma notável expansão dos programas de transferência de renda, simultaneamente ao aprofundamento da desarticulação de outras políticas do sistema de proteção social, notadamente nos setores da Saúde e da Previdência Social. Concomitantemente, aliada a outros fatores como o aumento do salário mínimo e a expansão do crédito, a ampliação do Programa Bolsa Família (PBF) emergiu como um fator crucial. Essa expansão não apenas se traduziu em um suporte financeiro direto para os mais necessitados, mas também desempenhou um papel significativo na melhoria geral das condições materiais de vida para os indivíduos que se encontravam em situações de extrema pobreza (Fernandes, Cassin, 2018).

Conforme Fernandes e Cassin (2018), a influência da subordinação da formação social brasileira aos centros capitalistas e às novas dinâmicas do capitalismo contemporâneo, caracterizadas pelo neoliberalismo, tem sido amplamente explorada e ressaltada por destacados pesquisadores no campo do Serviço Social. Esta relação típica entre a estrutura

social brasileira e as transformações no cenário capitalista global se manifesta na formulação e implementação de políticas sociais. Essas políticas estão muitas vezes atreladas às prescrições e diretrizes propostas por organismos financeiros internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Os autores salientam que a compreensão dessas eventualidades é essencial para analisar as dinâmicas sociais e as práticas de intervenção no contexto brasileiro, destacando a interconexão entre fatores globais e suas repercussões nas políticas sociais adotadas no país. Ainda, afirmam que a menção ao Serviço Social indica a importância da área na análise dessas questões, ressaltando a necessidade de compreender as mudanças sociais para formular estratégias eficazes de intervenção.

Em síntese, ressalta-se a relevância de se considerar as dinâmicas globais para entender as políticas sociais locais e destaca a influência de entidades internacionais na formulação dessas políticas.

Sem romper com as premissas estruturais dessas determinações durante os governos petistas, o Brasil não apenas "importa", mas também "exporta" políticas e modelos sociais, como uma estratégia de inserção brasileira no cenário internacional. Os programas "Fome Zero", "Bolsa Família" e, mais recentemente, o "Mais Médicos" são programas amplamente divulgados e elogiados pelos organismos internacionais como práticas exitosas a serem adotadas por outros países em desenvolvimento. Além disso, outras políticas públicas nas áreas de moradia, mobilidade urbana, saúde, educação e segurança pública, em especial as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), foram expandidas e adaptadas para países como Argentina, Chile, Bolívia, Colômbia, entre outros (Fernandes; Cassin, 2018, p.30).

De acordo com Fernandes e Cassin (2018), durante o período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve no governo, a principal estratégia adotada foi a expansão da demanda interna, visando elevar o poder de compra das classes populares. Essa abordagem não se limitou apenas ao aumento do salário mínimo e às transferências de renda para os mais necessitados, como exemplificado pelo Programa Bolsa Família (PBF). Além disso, uma estratégia notável foi a injeção maciça de crédito no consumo. Em sua pesquisa, os autores afirmam que, entre os anos de 2005 e 2015, observou-se um notável crescimento no total de dívidas controladas pelo setor privado, aumentando de 43% para 93% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse incremento expressivo foi particularmente evidente nos empréstimos concedidos aos consumidores, os quais alcançaram o dobro dos níveis registrados nos países vizinhos. Dessa forma, a expansão do crédito desempenhou um papel crucial na promoção do

consumo interno, contribuindo para o aumento do poder de compra das classes populares durante esse período específico.

A eficácia da abordagem de desenvolvimento adotada pelos governos petistas, baseada em uma agenda social voltada para a redução da miséria e combinada com a expansão do crédito e do consumo, foi tão significativa que acabou se transformando em um modelo socioeconômico de destaque, servindo como referência para outros países em desenvolvimento. Isso foi exemplificado pela criação do "Consenso de Brasília" em 2012, uma manifestação concreta e simbólica desse modelo (Fernandes, Cassin, 2018).

O conjunto da ação dos governos do PT combinou os programas sociais compensatórios com concessões ao grande capital monopolista, configurando não um governo "reformista" que avançou aos poucos no que era possível avançar, enfrentando a resistência dos setores conservadores. No entanto, estabeleceu as bases de um governo de pacto social que implicou no apassivamento da classe trabalhadora como condição para sua eficácia (Fernandes; Cassin, 2018, p.36).

Segundo Campello *et al.* (2018), se existe uma convergência de opiniões sobre a estratégia fundamental para o desenvolvimento de um país, essa é, sem dúvida, o investimento em educação. Eles afirmam que a persistência da desigualdade no acesso à educação emerge como um dos fatores mais influentes na definição da dinâmica de exclusão social e na perenidade da pobreza e que o reconhecimento da importância da educação como propulsora do progresso econômico e social é praticamente universal. Sendo assim, investir em educação não apenas potencializa as capacidades individuais, mas também fomenta o desenvolvimento econômico, contribuindo para a formação de uma sociedade mais equitativa e dinâmica. Ainda, salientam que a desigualdade no acesso à educação é uma questão central, pois determina em grande medida a distribuição de oportunidades, visto que, quando certos grupos têm acesso privilegiado à educação, enquanto outros enfrentam barreiras significativas, perpetua-se ciclos de exclusão, onde a falta de acesso à educação de qualidade se traduz em oportunidades limitadas, reduzindo as perspectivas de mobilidade social.

Nas investigações realizadas por Campello *et al.* (2018), evidencia-se que, em 2002, apenas 10,7% dos jovens provenientes de camadas socioeconômicas mais desfavorecidas conseguiram completar o ensino médio na idade apropriada. Entretanto, devido a um notável aumento de 264%, esse índice cresceu para 39%. Embora ainda seja um percentual relativamente baixo, essa mudança significativa destaca como iniciativas estatais e políticas

voltadas para a educação foram capazes de reverter um cenário no qual o insucesso escolar entre os menos privilegiados era considerado uma condição natural e inalterável. Conforme os autores, essa transformação sinaliza a eficácia de estratégias e prioridades estabelecidas pelo governo para superar desafios persistentes no sistema educacional. Ainda, destacam que o aumento expressivo na percentagem de jovens de origens socioeconômicas mais desfavorecidas completando o ensino médio destaca os impactos positivos de intervenções específicas, como políticas de inclusão educacional, bolsas de estudo e outras medidas destinadas a reduzir as disparidades educacionais. Logo, embora seja reconhecido que ainda há um longo caminho a percorrer em direção à igualdade de oportunidades educacionais, esses dados sugerem que abordagens concentradas e políticas dedicadas podem efetivamente quebrar padrões de desigualdade historicamente naturalizados. A partir da análise desses indicadores, ressalta-se a importância de continuar investindo em medidas que promovam a igualdade no acesso à educação, proporcionando uma base sólida para o desenvolvimento integral dos jovens, independentemente de sua origem socioeconômica.

Conforme evidenciado por Biancarelli (2014), em sua pesquisa, utilizando dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), destaca-se que o crescimento da renda entre os anos de 2001 e 2009 foi notavelmente mais expressivo para a camada social economicamente desfavorecida em comparação com a camada mais rica da população. Os primeiros 10% do espectro de distribuição experimentaram, em média, um aumento de 7,2% ao ano, enquanto, para os 10% mais ricos, essa taxa foi de 1,4%. Essa disparidade sugere uma mudança substancial na dinâmica de distribuição de renda durante esse período. De acordo com o autor, em termos de capacidade de consumo, essa transformação econômica traduziu-se na ascensão de aproximadamente 25 milhões de pessoas da classe social "D" para a classe "C" que no final do governo Lula, essa representava cerca de 50% da população, equivalente a aproximadamente 100 milhões de brasileiros. Essa mudança significativa não apenas indica uma melhoria nas condições financeiras de uma parcela considerável da população, mas também destaca a eficácia de políticas públicas e estratégias socioeconômicas implementadas durante esse período. Além disso, a ascensão de milhões de brasileiros para uma classe social mais elevada reflete não apenas um aumento na renda, mas também uma ampliação do poder de compra e das oportunidades de consumo. Para o autor, isso não só contribuiu para reduzir a desigualdade econômica, mas também teve impactos tangíveis na qualidade de vida de uma fatia significativa da população.

Segundo Biancarelli (2014), às transformações socioeconômicas não podem ser atribuídas a um único fator ou política isolada. Ele afirma que é mais apropriado reconhecer que o inicial conservadorismo econômico do governo Lula foi gradualmente substituído, especialmente em uma dimensão estrutural, por uma concepção renovada sobre o papel do Estado, as dimensões e a relevância dos bancos públicos, assim como outras empresas estatais. Para ele, essa mudança foi manifestada através de mecanismos de planejamento central, a revalorização do investimento público, entre outras iniciativas, onde a evolução dessa perspectiva econômica indica uma transformação significativa na abordagem governamental em relação ao desenvolvimento e à gestão econômica. Conforme o autor, o governo Lula inicialmente adotou uma postura mais conservadora, mas ao longo do tempo, houve uma transição em direção a uma visão mais progressista e intervencionista, especialmente no que diz respeito à intervenção do Estado na economia.

Essa transformação estrutural abrange diversos aspectos, incluindo a redefinição do papel e importância dos bancos públicos e outras entidades estatais, bem como a implementação de mecanismos de planejamento central. Ainda, de acordo com o autor, a revalorização do investimento público também se destaca como um componente essencial dessa mudança, indicando um compromisso renovado com a utilização ativa dos recursos estatais para estimular o crescimento econômico e reduzir as desigualdades sociais. Assim, ao considerar esses elementos, torna-se evidente que a transformação na orientação econômica do governo Lula foi um processo multifacetado, ou seja, influenciado por diversas variáveis e marcado por uma adaptação progressiva das políticas e abordagens adotadas para enfrentar os desafios econômicos do país.

Ainda, de acordo com Biancarelli (2014), além das tendências gerais observadas, como o cenário internacional favorável e as boas condições macroeconômicas, é crucial destacar quatro determinantes específicos que desempenharam um papel fundamental na "criação" de um mercado de consumo de massas no Brasil. Curiosamente, nem todos esses fatores foram plenamente reconhecidos no debate público brasileiro, mas desempenharam papéis distintos e interconectados:

- 1) Políticas de Transferência de Renda: A implementação de políticas que visavam a transferência direta de recursos para as camadas mais necessitadas da população teve um impacto significativo. Essas políticas não apenas aliviaram a pobreza, mas também

injetaram recursos diretamente nas mãos dos consumidores de baixa renda, estimulando o consumo.

- 2) Sistema de Proteção Social: A existência de um sistema robusto de proteção social contribuiu para a estabilidade econômica das famílias, reduzindo a vulnerabilidade financeira e proporcionando um ambiente propício para o consumo em larga escala.
- 3) Política de Valorização do Salário Mínimo: A adoção de uma política consistente de valorização do salário mínimo teve implicações diretas no aumento do poder de compra das camadas menos favorecidas da população. Esse aumento salarial contribuiu para uma distribuição mais equitativa da renda e impulsionou o consumo.
- 4) Transformações no Mercado de Trabalho: Mudanças positivas no mercado de trabalho, como a criação de empregos e a redução do desemprego, foram fatores determinantes. O bom comportamento do mercado de trabalho durante o período favoreceu a estabilidade financeira dos trabalhadores, estimulando, por sua vez, o consumo.
- 5) Expansão do Crédito Interno: Além desses fatores, a expansão do crédito interno desempenhou um papel crucial. Facilitando o acesso ao crédito para uma gama mais ampla de consumidores, essa dinâmica impulsionou as atividades de compra e estimulou o consumo, especialmente para bens duráveis e serviços.

Um dos primeiros e mais proeminentes instrumentos que foram utilizados para impulsionar a transformação socioeconômica no Brasil foram as políticas de transferência de renda direcionadas às parcelas mais desfavorecidas da população. Segundo Biancarelli (2014), o programa-chave nessa iniciativa foi o Bolsa Família, com uma abordagem que envolvia o fornecimento de pagamentos mensais a famílias cuja renda não alcançava os níveis mínimos previamente estabelecidos. No entanto, o programa não se limitava apenas a isso; as famílias beneficiárias também se comprometiam a cumprir certas contrapartidas relacionadas ao futuro e ao bem-estar das crianças, que incluíam requisitos como a frequência escolar e a participação em campanhas de vacinação, entre outras medidas.

O programa Bolsa Família se destacou não apenas pela sua magnitude e impacto substancial, mas também pela abrangência e eficácia que o caracterizaram. Para Biancarelli (2014), não há dúvida de que o PBF representa uma das experiências mais avançadas no

mundo no campo de políticas sociais focadas na redução da pobreza e na promoção do bem-estar social. Essa iniciativa se distinguiu não apenas por sua extensão, atingindo um grande número de beneficiários, mas também pela eficiência demonstrada na sua implementação. Além disso, o PBF representou uma abordagem integrada para abordar a pobreza, indo além do alívio imediato da carência financeira.

Ao exigir que as famílias cumprissem requisitos relacionados à educação e à saúde das crianças, o programa visava a quebrar o ciclo de pobreza, promovendo a inclusão educacional e o acesso a serviços essenciais de saúde. Assim, o Bolsa Família não apenas se destacou como um componente crucial na estratégia geral de redução da desigualdade e da pobreza, mas também serviu como um modelo referencial para outras nações que buscavam desenvolver políticas sociais avançadas e eficazes. Sua implementação eficiente e sua abordagem abrangente o destacaram como um exemplo bem-sucedido de política social focalizada no mundo (Biancarelli, 2014).

O Bolsa Família, embora notável, não é a única política de transferência de renda que merece destaque. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), estabelecido pela Constituição de 1988, é uma forma de pensão destinada a trabalhadores rurais que não contribuíram para a previdência social durante suas carreiras. Em 2011, esse benefício foi concedido a 3,9 milhões de pessoas, e o montante total pago superou significativamente os custos do Bolsa Família, ultrapassando em mais de R\$30 bilhões. Essa diferença substancial se deve à indexação do BPC ao salário mínimo. De fato, o BPC representa uma das características mais visíveis do amplo sistema de proteção social brasileiro, que constitui o segundo grupo de determinantes responsáveis pelos avanços sociais recentes. Essa política de transferência de renda, em conjunto com outras, desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e no alívio das condições de vida de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade, especialmente os trabalhadores rurais que não contribuíram para a previdência social (Biancarelli, 2014).

Durante o período de 2003 a 2010, o ganho real no salário mínimo no Brasil experimentou um crescimento substancial, atingindo 56%, o que representa quase o dobro do aumento observado nos oito anos anteriores. No entanto, o aspecto mais significativo dessa evolução foi a implementação de uma regra

estável em 2006 para determinar o reajuste do salário mínimo, um sistema que permaneceria em vigor até 2015 e seria posteriormente reavaliado pelo Congresso. Conforme essa regra, o aumento do salário mínimo em cada ano deveria ser equivalente à taxa de inflação do ano anterior, somada ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) verificado dois anos antes. (Biancarelli, 2014, p. 279).

Essa abordagem tinha como objetivo direto a transferência dos ganhos de produtividade para os salários-base na economia. Em outras palavras, buscava garantir que os trabalhadores compartilhassem os benefícios do crescimento econômico e da produtividade, refletindo em aumentos reais em seus rendimentos. Essa estratégia visava não apenas melhorar o poder de compra dos trabalhadores, mas também promover uma maior equidade na distribuição da riqueza. Ao vincular os reajustes do salário mínimo a indicadores econômicos específicos, o governo buscava criar uma base sólida para a melhoria das condições de vida da população, ao mesmo tempo em que impulsionava o desenvolvimento econômico de maneira geral. Assim, essa abordagem estável e equitativa para o cálculo do salário mínimo representou uma tentativa importante de alinhar os ganhos dos trabalhadores com o crescimento econômico, uma estratégia que contribuiu para a promoção de um padrão mais justo e sustentável de desenvolvimento socioeconômico no Brasil (Biancarelli, 2014).

Segundo Biancarelli (2014), outro fator determinante, que se conecta aos três anteriores, descreve o comportamento favorável do mercado de trabalho durante a última década no Brasil. Esse período foi marcado, em primeiro lugar, por um notável processo de formalização, representado por diversos indicadores. Entre os anos de 2002 e 2010, foram criados mais de 15 milhões de empregos formais, refletindo um crescimento significativo no número de trabalhadores com vínculos empregatícios registrados. Além disso, a participação dos empregadores com carteira assinada no mercado de trabalho subiu de 45% para 52% da força de trabalho, demonstrando uma tendência positiva na criação de empregos com maiores garantias e benefícios trabalhistas. Essa mudança não apenas proporcionou uma maior segurança aos trabalhadores, mas também contribuiu para a estabilidade econômica e social.

Outro indicador relevante foi a crescente participação dos contribuintes no sistema de seguridade social em relação à população ocupada. Em 2002, essa relação era de 63%, mas

em 2011 havia aumentado para 72%. Isso sugere uma ampliação da cobertura previdenciária e uma maior proteção social para os trabalhadores. Essa evolução promoveu um ambiente mais favorável para a população economicamente ativa, garantindo uma rede de segurança mais robusta em termos de saúde, aposentadoria e benefícios trabalhistas. Em resumo, o comportamento positivo do mercado de trabalho na última década, caracterizado por uma significativa formalização e melhoria na qualidade dos empregos, fortaleceu a base econômica e social do país. Isso não apenas beneficiou os trabalhadores, mas também contribuiu para a estabilidade econômica e para a promoção de um desenvolvimento socioeconômico mais sólido e inclusivo (Biancarelli, 2014).

Conforme Biancarelli (2014), impulsionada por todos os processos previamente mencionados, a economia brasileira apresentou um desempenho notável no ano de 2010, quando registrou uma taxa de crescimento anual de 7,5%. Segundo o autor, esse crescimento representou uma recuperação substancial em relação aos desafios econômicos enfrentados em decorrência dos impactos da crise financeira internacional de 2008, que repercutiram notavelmente em 2009. Ainda, essa impressionante taxa de crescimento refletiu a resistência e a capacidade de adaptação da economia brasileira diante dos desafios globais. Assim, a combinação de políticas sociais eficazes, investimentos em infraestrutura, aumento no salário mínimo, expansão do crédito, formalização do mercado de trabalho e outras medidas proporcionou o impulso necessário para o país superar as dificuldades econômicas que haviam afetado a maioria das nações ao redor do mundo.

2. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA: PERFIL BÁSICO DO MUNICÍPIO DE ERERÉ

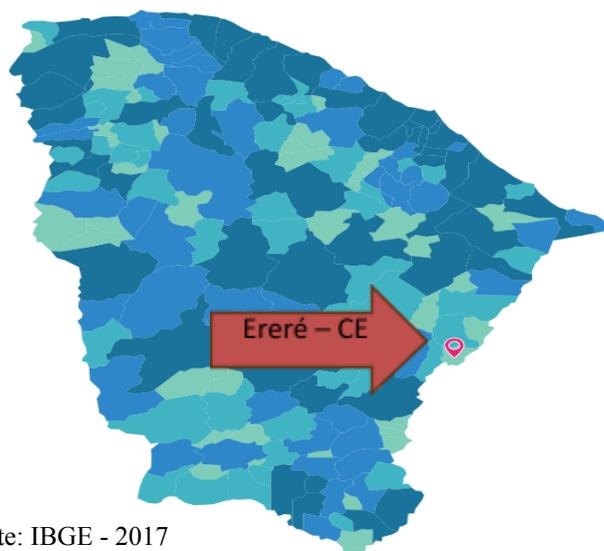
2.1 Aspectos geográficos

O município de Ereré, localizado na mesorregião do Vale do Jaguaribe, mais precisamente na microrregião da Serra de Pereiro no Estado do Ceará, foi criado enquanto município no ano de 1987 por intermédio da Lei 11.238, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado Ceará e sancionada pelo então governador Tasso Jereissati.

Segundo a literatura mais aceita, a toponímia que versa sobre a origem da palavra, explica que a mesma tem origem no Tupi, que significa pequena marreca, ave da família dos anatídeos, muito comum nas avoadas do Nordeste. Embora a literatura seja muito limitada e, de certa forma, confusa, depreende-se que a região teria sido ocupada pela tal ave e tendo em vista o nome de origem Tupi, a mesma teria sido ocupada em tempos remotos por tribos indígenas. (IPECE, 2020. p. 08)

A cidade de Ereré está situada precisamente na Latitude 6° 01' 55" Sul e Longitude 38° 20' 55" Oeste. Essa posição permite que o mesmo faça divisa ao Norte com os municípios de Potiretama – CE e Iracema – CE, ao Sul com o estado do Rio Grande do Norte, ao Leste com o Estado Rio Grande do Norte e o município de Potiretama – CE e a Oeste como os município de Iracema – CE e Pereiro – CE.

IMAGEM 01 – Mapa do estado do Ceará – Ereré em destaque



Fonte: IBGE - 2017

Em termos de extensão territorial, o município apresenta dimensões bastante modestas. Ao todo, essas dimensões atingem um total de 382,73 km². Em termos relativos, sua área de ocupação atinge apenas 0,26%. Sua altitude média é 230,5m, estando o mesmo a uma distância em linha reta da capital Fortaleza a 255km a pela tal ave e tendo em vista o nome de origem Tupi, a mesma teria sido ocupada em tempos remotos por tribos indígenas. (IPECE, 2020, p. 09).

Apresenta 19.2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 87% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 47.3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 79 de 184, 113 de 184 e 2 de 184, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3686 de 5570, 1792 de 5570 e 510 de 5570, respectivamente. (IPECE, 2020).

É bastante visível a carência que o município apresenta neste quesito. Os dados são bastante claros e apontam automaticamente para outra questão que está bastante ligada a esse fenômeno que é a saúde pública, tendo em vista o acesso à rede esgoto de forma adequada é um indicativo bastante contundente de medida preventiva contra várias doenças.

2.1.3 Composição demográfica

Censo demográfico do ano de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, aponta que o município registra um total de 6.474 habitantes. Considerando sua dimensão territorial de 382,73 km², a densidade demográfica é de 17,84 habitantes por quilômetro quadrados. Esse quantitativo populacional coloca o município na posição 3.397^o no ranking nacional numa escala de 5570 municípios. Já no ranking estadual, aplicando o mesmo critério, sua posição é 178^o numa escala de 184 municípios.

TABELA 01 – Distribuição da população residência/gênero do município de Ereré-CE

DISCRIMINAÇÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE POR ANO					
	2000		2010		2020	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	6.437	100	6.302	100	6.474	100
Urbana	1.641	29,49	2.262	35,89	3.458	50,89
Rural	4.796	74,51	4.040	64,11	3.382	49,56
Homens	3.167	49,20	3.150	49,92	3.428	50,12
Mulheres	3.270	50,80	3.152	50,02	3.412	49,88

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – CENSO 2000/2010/2020

A tabela 01 apresenta uma distribuição do quadro populacional do município, levando em consideração uma série histórica de levantamento de dados realizados pelos censos de 2000 a 2020 em um intervalo sequencial de 10 anos. O que chama mais atenção nesses dados

é a escalada de crescimento da população urbana em relação à rural, ou seja, uma população urbana que era de 29,49% em 2000, em 20 anos aumentou para 50,89%.

Essa tendência de crescimento da população urbana é um fenômeno de escala nacional e mundial, tendo em vista que na Europa esse fenômeno teve seu esplendor com o início da Revolução Industrial. Já no Brasil, essa onda de crescimento urbano teve seu início na década de 1950, motivada pelo processo de industrialização iniciado ainda na década de 1930 com o governo de Vargas.

2.1.4 Oferta de serviços públicos

Em face das condições socioeconômicas do município de Ereré, fica visível a dependência dos serviços ofertados pela esfera pública que atende quase na sua totalidade dos municípios desta localidade. A tabela abaixo apresenta os dados sobre a composição de pessoal ocupada na área da saúde e sua relação direta com a proporcionalidade de habitantes dependentes desses serviços. Os dados apresentados abaixo foram coletados diretamente da Secretaria Municipal de Saúde, órgão responsável direto pela oferta e gerência de atendimentos básicos de saúde e tem como público principal a população em geral do município.

TABELA 02 – Quadro de profissionais de saúde do município de Ereré-CE

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	RELAÇÃO PROFISSIONAL/HAB.
Médico	03	2.158
Enfermeiro	06	1.079
Dentista	03	2.158
Agente Com. Saúde	17	381
Outros profissionais	27	240
TOTAL	56	115

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Ereré- CE – SME

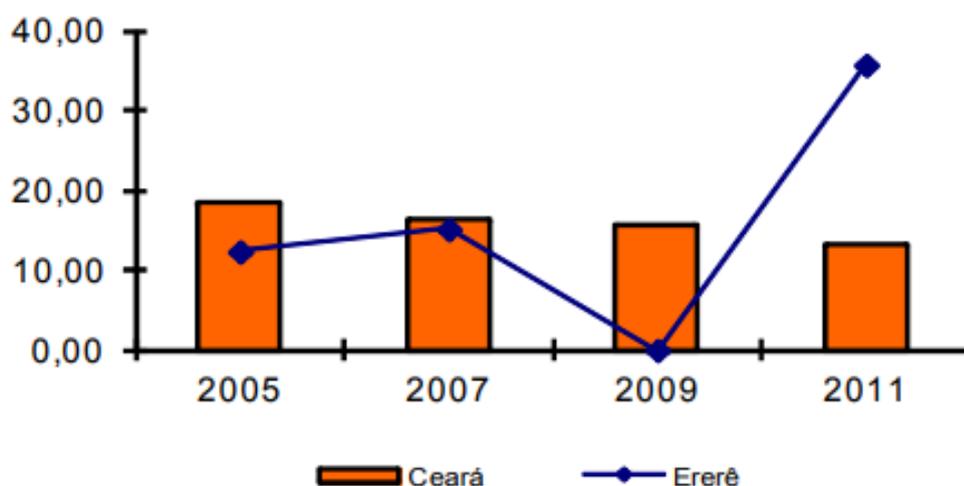
Destaca-se nessa tabela que ainda é preocupante a relação proporcional entre médico e habitantes, ou seja, não é aceitável pelos padrões mínimos da Organização Mundial de Saúde que recomenda que o ideal é ter 2,7 médicos a cada mil habitante, enquanto os dados acima

apontam que 1 médico para 2.158 habitantes, o que representa apenas 0,44 médico à cada mil habitantes.

A insuficiência de médicos e outros profissionais da saúde pode ter uma relação direta com os dados relacionados à mortalidade infantil, tendo em vista que esses dados são resultados diretos do atendimento ou da falta do mesmo no que se refere à prevenção ou o tratamento do direto com esses profissionais.

O gráfico abaixo aponta uma situação preocupante em relação a esse fator, levando em consideração o comparativo com o estado do Ceará, com destaque para o ano de 2011 quando o município superou o Estado na relação de criança morta a cada mil nascida antes de completar um ano de vida.

GRÁFICO 01 – Mortalidade infantil no município de Ereré–CE



Fonte: IPECE - 2020

Outro serviço que pode ser considerado essencial para a população, especialmente por ser exclusividade da esfera pública na oferta, é a Educação enquanto ensino formal. O município não dispõe de oferta de ensino na esfera privada nem oferta de ensino em nível superior, o que explica o fato de termos um número considerável de estudantes se deslocando diariamente para cidade vizinha de Pau dos Ferros no Estado do Rio Grande do Norte.

TABELA 03 – Quantidade de docentes e matrícula inicial – 2023

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	DOCENTES	ALUNOS MATRICULADOS
Federal	-	-
Estadual	20	231
Municipal	121	1692
Total	141	1923

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Ereré – SEMED

Outro elemento essencial, quando se lança o olhar sobre a qualidade do serviço ofertado pela Educação pública, é o nível de desenvolvimento da população quanto ao índice de alfabetização. Nesse quesito o município enfrenta sério problemas, deixando evidente o reflexo do que é a Educação pública brasileira no geral.

Ao lançarmos o olhar sobre os dados da tabela abaixo isso fica ainda mais evidente. Depreende-se da tabela abaixo que o município ainda carece de sérios investimentos público na Educação, em especial no combate à evasão de jovens e adolescentes que podem se tornarem bastante vulneráveis aos mais diversos contextos sociais que estão ligados ao aumento de envolvimento com o mundo do crime e das drogas.

TABELA 04 – Indicadores educacionais no ensino fundamental e médio – 2022 (%)

Discriminação	Indicadores Educacionais			
	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Estado	Município	Estado	Município
Escolarização líquida	80,14	87,04	30,28	40,01
Aprovação	90,60	89,60	88,50	81,80
Reprovação	6,20	7,6	3,10	6,70
Abandono	3,20	2,6	8,40	11,50
Alunos por sala de aula	18,75	27,57	38,40	33,99

Fonte: Secretaria Estadual de Educação do Ceará – SEDUC

Dos dados coletados acima salta aos olhos a escolarização líquida, tanto do município de Ereré, quanto do Estado do Ceará, especialmente no Ensino Médio. Na prática isso significa que dos jovens do município de Ereré com idade mínima para frequentar o Ensino Médio apenas 40,01% estão frequentando. Diante disso, surge o questionamento sobre a ocupação de parcela significativa desses jovens, tendo em vista que o município ainda apresenta uma carência muito grande na oferta de emprego e renda.

2.2 Perfil socioeconômico e transferência de renda

2.2.1 Desenvolvimento social

O município de Ereré assim como a maioria dos municípios de pequeno porte do país, apresenta índices sociais bem preocupantes. Isso se deve ao fato de que as oportunidades na oferta de emprego são bastante limitadas, sobrecarregando o serviço público, em especial a Prefeitura Municipal que sobrevive da transferência de recursos do Governo Federal, com destaque para o Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

TABELA 05 – Número de empregos formais – 2020

Discriminação	Número de empregos formais		
	Total	Total (%)	Vlr acumulado
Indústria de transformação	25	4,2	25
Comércio	12	2,2	37
Construção civil	-	-	-
Serviço	7	1,1	44
Administração pública	548	92,5	592
Agropecuária	-	-	-
Total	592	100	592

Fonte: RAIS/2021

Ao lançarmos o olhar sobre os dados acima fica bastante claro a sobrecarga de oferta de empregos formais na esfera da administração da administração pública, com destaque para a Prefeitura Municipal que abarca quase a totalidade dessa oferta. Enquanto isso, a esfera privada se limita à oferta de menos de 8% do total de empregos formais.

Essa timidez da iniciativa privada pode ser explicada por alguns fatores ligados à infraestrutura do município que não dispõe de energia elétrica de qualidade, rede de internet com fibra óptica, acesso direto à ferrovias e hidrovias, estradas (CE) de boa qualidade, reservatório de água para empreendimentos industriais, proximidade com portos e aeroportos além de falta de iniciativa e parceria do setor público.

O município ocupa ainda posições bastante modestas quanto aos índices que aferem a qualidade de vida de seus habitantes, tais como: IDH, PIB, índice de Gini e renda per capita. Na sequência segue dados levantados diretamente do banco de dados do Instituto de Pesquisa

Aplicada – IPEA DAT, fomentando assim as afirmações acima. A coleta realizada para fomentar a tabela abaixo levou em consideração o período de 2010 a 2020, desta forma temos uma noção mais precisa de como o município tem apresentado seu desenvolvimento no intervalo de uma década, destacando sua posição no ranking no Estado do Ceará.

TABELA 06 – Índices Sociais do Município de Ereré - 2010 e 2020

Indicadores	Valor 2010	Posição no ranking
Índice de Desenvolvimento Municipal – IDM	8,84	182°
Índice de Desenvolvimento Humano – IDH	0,619	114°
Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS-O)	0,356	138°
Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R)	0,454	138°
Indicadores	Valor 2020	Posição no ranking
Índice de Desenvolvimento Municipal – IDM	8,98	180°
Índice de Desenvolvimento Humano – IDH	0,650	110°
Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS-O)	0,360	130°
Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R)	0,464	131°

Fonte: Pnud/IPECE

A posição ocupada pelo município em relação aos demais municípios do Estado do Ceará é um grave indicativo de que o mesmo amarga sério problemas. Levando em consideração que o IDH, por exemplo, considera em seu cálculo educação, saúde e renda, percebe-se nitidamente que são os três setores que mais carecem de investimento público.

TABELA 07 – População em Extrema Pobreza

Discriminação	População extremamente pobreza			
	Município	%	Estado – CE	%
Total	1.775	25,95	1.502.924	17,78
Rural	1.160	34,30	776.654	11,44
Urbana	615	17,78	726.270	36,88

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2010

Os dados demonstrados na tabela acima evidenciam um fenômeno social que demanda um olhar atento do poder público no tocante aos investimentos na área social. O município em

questão ultrapassa em mais dez pontos percentuais em termos proporcionais o número de pessoas na condição de extremamente pobre.

A extrema pobreza é classificada no Brasil pelo IBGE como uma renda diária inferior a US\$ 1,90 por dia. Esse valor, em reais, é próximo de R\$168,00 por mês. Conforme os dados elencados pelo instituto, no ano de 2021, no Brasil, havia 17,9 milhões de pessoas em extrema pobreza (IBGE, 2021).

A definição acima apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revela o quão difícil é a situação econômica do grupo populacional que estão condicionadas à essa situação. Vale ressaltar que diversos elementos que têm implicação direta com esse fenômeno estão implícitos nessa definição, que podem ser inferidos nas entrelinhas dos critérios adotados, tais como: acesso à habitação, emprego e renda, educação e saúde de qualidade, saneamento básico e etc.

2.2.2 Programas de transferência de renda

O principal agente público de combate à extrema pobreza no Brasil nos últimos anos, especialmente com a ascensão ao poder dos governos de esquerda a partir do ano de 2002, tem sido os programas de transferência de renda. Para isso faremos na sequência uma breve apresentação e análise de dados referente ao volume de recursos e pessoas beneficiadas, aplicando um recorte histórico dos últimos 20 anos com foco no município de Ereré.

GRÁFICO 02 – Valor total dos benefícios do Programa Bolsa Família (PBF)



Fonte: IPEADATA- 2023

Percebe-se nitidamente que os valores totais transferidos ao município permaneceram bastante semelhantes em termos quantitativos, com uma leve variação no ano de 2021. Essa sequência sofreu uma variação brusca no ano de 2022 em que valor total mais que duplicou em relação ao ano anterior. Trata-se de um ano eleitoral, com destaque para sucessão presidencial da república. Elemento esse que foi crucial na estratégia de campanha adotada pelo então governo do presidente Jair Bolsonaro.

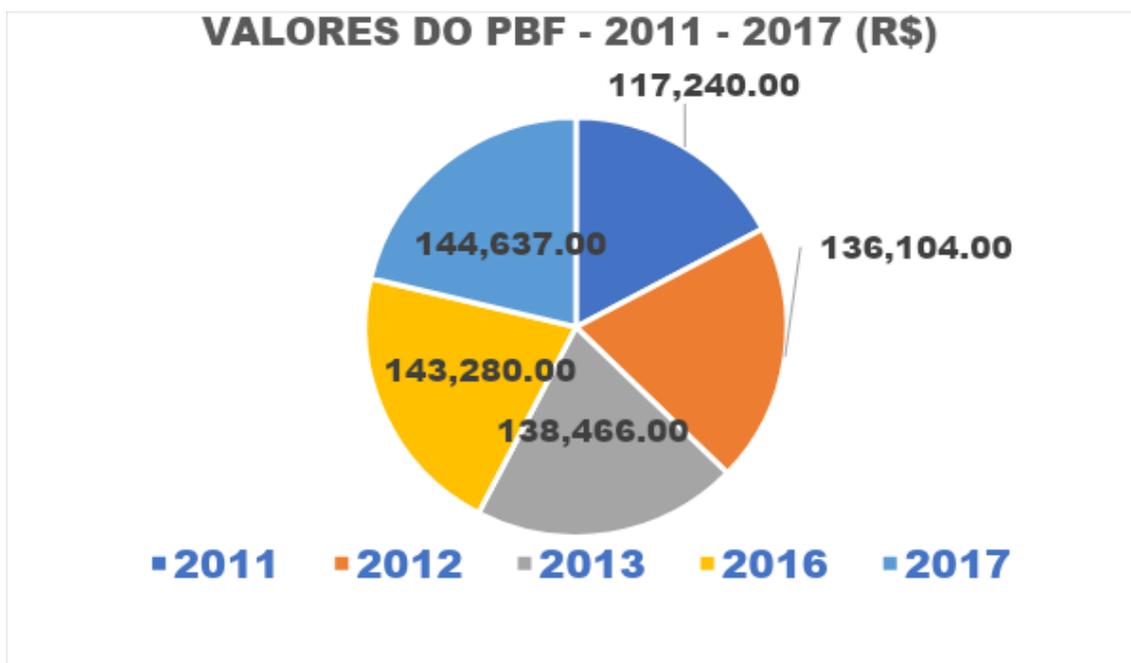
GRÁFICO 03 – Valor total dos benefícios do Programa Bolsa Família (PBF)



Fonte: IPEADATA – 2023

Os valores repassados acima sofreram uma variação brusca. Isso fica evidente quando se observa o valor repassado em 2004, que foi de R\$55.247,00. Em comparação ao valor repassado em 2010, que foi de R\$95.339,00, isso representa um aumento de aproximadamente 90%. Esse aumento pode estar atrelado às políticas de valorização do combate à pobreza e à fome, que foi uma marca do governo Lula.

GRÁFICO 04 – Valor total dos benefícios do Programa Bolsa Família (PBF)



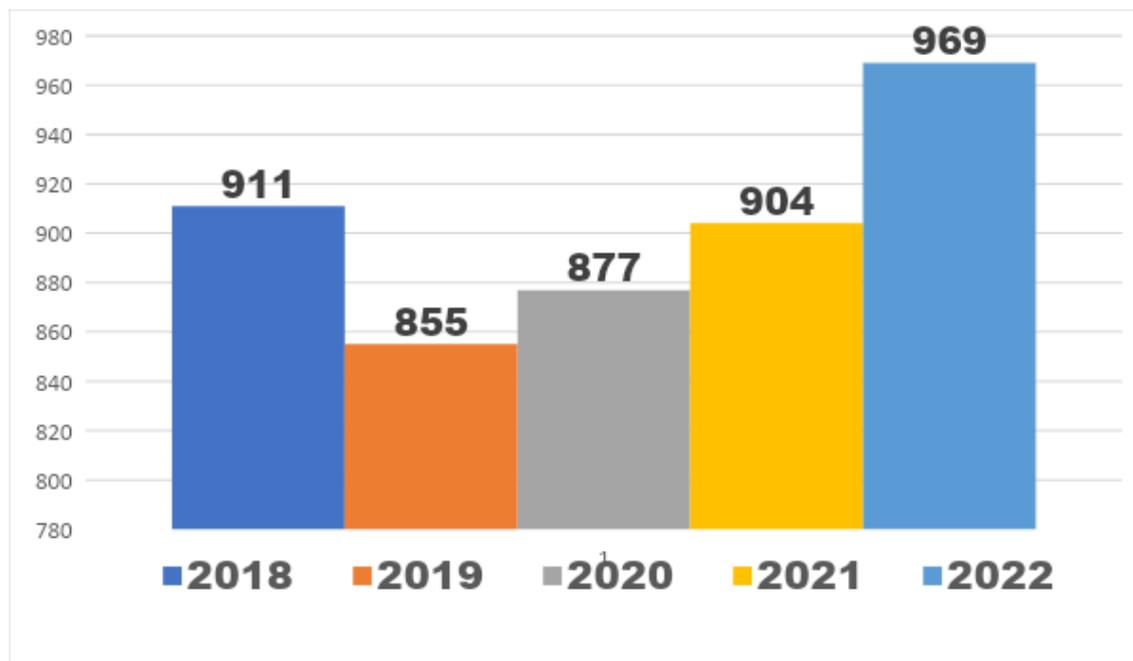
Fonte: IPEADATA – 2023

É importante destacar o papel do Programa Bolsa Família. Segundo o Instituto Brasileiro de Pesquisa Aplicada – IPEADATA:

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda com condicionalidades, focado em famílias pobres cadastradas em cada município do país. Resultante da unificação de diferentes programas, foi instituído por lei em 2004. Entre novembro de 2021 e fevereiro de 2023, passou a ser denominado Auxílio Brasil, voltando à denominação original desde março de 2023. O valor do benefício, reajustável por decreto, varia conforme a renda domiciliar per capita da família, o número e a idade dos filhos. (IPEADATA, 2023).

Outro fator a ser considerado em relação ao PBF é o total de beneficiados em comparação ao número de habitantes do município. Os dados levantados pelo IPEADATA demonstram que esse total atingiu o número de 969 beneficiários, o que representa um percentual de aproximadamente 15% em relação à população total do município. Esse percentual supera o do Brasil, que registrou em janeiro deste ano um total de 21,7 milhões de beneficiários, representando um percentual de aproximadamente 10% da população brasileira.

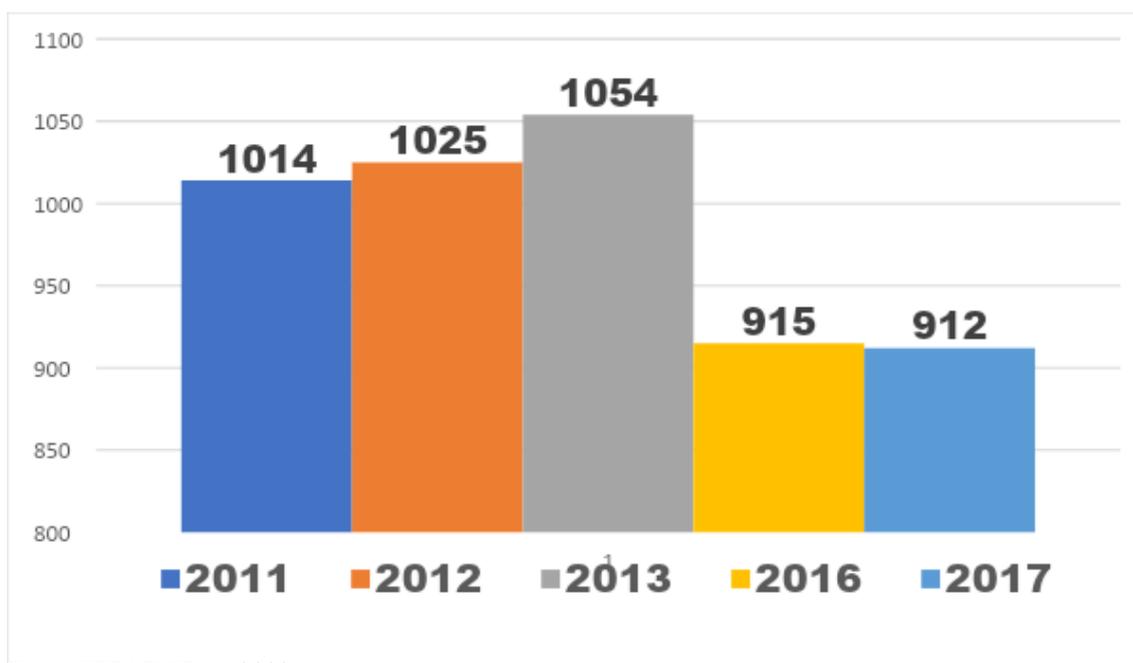
GRÁFICO 05 – Total de beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF)



Fonte: IPEADATA – 2023

O número de famílias beneficiadas permaneceu sem nenhuma alteração brusca durante o quinquênio apurado no gráfico acima. Vale ressaltar que tomando por base a análise feita no gráfico 02, constata-se que o que alterou foi o valor do benefício pago a cada família, que atualmente é de R\$600,00.

GRÁFICO 06 – Total de beneficiários do Programa Bolsa Família



Fonte: IPEADATA – 2023

Chama atenção o fato de que o número de beneficiários diminuiu no decorrer dos anos, ou seja, reduziu de 1054 em 2013 para 912 no ano de 2017. É possível associar esse fato à ascensão ao governo da direita por meio de golpe de estado aplicado à então presidenta Dilma, entendendo que não era prioridade dos governos de direita o combate à pobreza por meio da implantação de programas sociais de transferência de renda.

3 ANALISANDO OS DADOS DA PESQUISA

Conforme Mendes e Marques (2006), a relevância do programa Bolsa Família em cada município está diretamente ligada às características econômicas e sociais da sua população, bem como à situação financeira da própria cidade. Em resumo, quanto menor a Receita Disponível e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de um município, maior é a importância das transferências do Bolsa Família para a economia local. Em alguns municípios do Nordeste, chega-se ao ponto em que quase metade da população é beneficiária do programa. Isso destaca a relevância do Bolsa Família como um componente crucial para a sustentação econômica e social de muitas comunidades.

Em sua pesquisa, os autores Mendes e Marques (2006), disponibilizam informações importantes, que corroboram com a pesquisa desenvolvida neste trabalho. Eles utilizam o exemplo a seguir, que reafirma o parágrafo anterior:

São exemplos dessa situação Várzea, no Pernambuco, e Pedra Branca, no Ceará. E estes dois municípios são diferentes em suas características. Várzea, com uma população de até 20 mil – que vive em sua maioria na zona urbana –, apresenta IDH abaixo da média nacional e tem sua atividade econômica predominante no setor terciário. Já Pedra Branca tem uma população entre 20 mil a 100 mil – localizada em sua maior parte na zona rural –, com um IDH abaixo da média nacional e cujas atividades econômicas são predominantemente realizadas no setor terciário. Em Várzea, os recursos do Bolsa Família recebidos por 206 famílias representam 7% de sua Receita Disponível, são 32% superiores aos recursos federais dirigidos ao SUS e representam 56% do ICMS. Em Pedra Branca, as transferências do programa (4.088 famílias) totalizam valor correspondente a 43% da Receita Disponível e são 13% superiores aos recursos federais destinados ao SUS e 212% do ICMS. (Mendes; Marques, 2006, p. 68-69).

A pesquisa de campo deste trabalho foi realizada durante o período de 08 a 15 de janeiro de 2024 no município de Ereré – CE, numa área geográfica que compreende os bairros: José Moura, Ipiranga, Francisco Nogueira e Bom Jesus. Estes bairros foram escolhidos por serem os únicos do município, além do Centro, que foi isento da pesquisa pelo fato de acreditar-se que o público alvo (beneficiários do bolsa família) estaria justamente nos

bairros periféricos e não no centro do município. A mesma foi realizada com um total de 48 entrevistados beneficiários de programas sociais, com foco principal no Programa Bolsa Família. Esse total corresponde a uma amostra de 5% de um universo de 969 beneficiários no município.

A seguir realizamos uma análise dos dados coletados considerando as respostas obtidas. As perguntas na sua quase totalidade foram feitas de formas objetivas, facilitando a condensação dos dados e, mais do que isso, facilitando as respostas dos entrevistados, levando em consideração que a maioria dos mesmos possui grau de instrução de ensino fundamental incompleto.

Do total de entrevistados, 48, ou seja, 100% moram na zona urbana da cidade. Destaca-se que por se tratar de uma cidade pequena do interior, o ritmo de vida dessas pessoas não difere muito das pessoas que habitam na zona rural. Outro fato que chama atenção, é a quantidade de mulheres que se apresentaram para responder às entrevistas durante as visitas aos bairros. Do total de 48 entrevistados, aproximadamente 92% eram mulheres, demonstrando assim uma forte tendência ao aumento do número de famílias sendo chefiadas por mulheres.

A análise dos dados da pesquisa sobre a idade dos beneficiários do Bolsa Família fornece uma visão demográfica do grupo pesquisado. A amostra de beneficiários abrange uma faixa etária diversificada, com representação em diferentes grupos etários. Diante disso, temos que, a faixa etária com maior representação é de 26 a 35 anos, com 37% das pessoas entrevistadas. Isso sugere que há uma concentração significativa de beneficiários nessa faixa etária específica.

A presença de 19% dos beneficiários entre 18 e 25 anos destaca que o programa também atende a jovens e adultos, possivelmente refletindo as condições socioeconômicas dessas faixas etárias. Já as faixas etárias de 36 a 45 anos e de 46 a 55 anos têm uma representação relativamente equitativa, indicando que o programa atinge pessoas em diferentes estágios de vida adulta. A representação diminui nas faixas etárias acima de 55 anos, indicando uma presença menor de beneficiários mais idosos na amostra.

A diversidade na distribuição etária destaca que o Bolsa Família é relevante tanto para jovens adultos que podem estar iniciando suas vidas profissionais quanto para adultos de meia-idade que podem estar enfrentando desafios específicos. Essa variação na idade sugere

que diferentes grupos etários podem enfrentar desafios distintos, e as políticas sociais precisam ser sensíveis a essas diferenças para atender adequadamente às necessidades específicas de cada grupo. Contudo, a análise ressalta a importância de compreender a composição demográfica dos beneficiários do Bolsa Família para desenvolver políticas sociais que atendam às necessidades de diferentes grupos etários. Isso também pode ser relevante ao considerar estratégias de capacitação, educação e suporte para melhorar as condições de vida dessas famílias em diferentes estágios de suas vidas.

A análise dos dados sobre o estado civil dos beneficiários do Bolsa Família revela algumas características importantes da amostra estudada. A maioria dos beneficiários (77%) afirma ser solteira. Isso sugere que a amostra é composta principalmente por indivíduos que não têm cônjuges formalmente reconhecidos. As demais pessoas (23%) afirmam serem casadas, indicando uma representação menor desse estado civil na amostra em comparação com os solteiros. Dentre os solteiros, apenas 11% são homens. Essa desproporção de gênero pode ser relevante ao considerar as dinâmicas familiares e sociais, e destaca que as mulheres solteiras formam a maioria significativa neste grupo.

A distribuição nos estados civis pode ter implicações sociais e econômicas. Por exemplo, a predominância de solteiros pode indicar diferentes dinâmicas familiares e desafios específicos enfrentados por esses indivíduos. O estado civil pode estar relacionado ao tamanho e à estrutura familiar, influenciando as necessidades e desafios enfrentados pelas famílias beneficiárias. Dada a desproporção entre homens e mulheres, políticas sociais e programas como o Bolsa Família podem se beneficiar de uma abordagem sensível ao gênero, considerando as diferentes necessidades e circunstâncias enfrentadas por homens e mulheres na amostra.

Ao examinar os dados referentes à fonte principal de renda das famílias que recebem o Bolsa Família, evidenciam-se aspectos fundamentais relacionados à dependência dessas famílias dos programas sociais. A resposta de 94% das pessoas indicando que a principal fonte de renda é o Bolsa Família destaca a alta dependência dessas famílias em relação ao programa social. Isso ressalta a importância do Bolsa Família como uma rede de segurança para famílias em situação de vulnerabilidade econômica. Apenas 6% das pessoas indicaram que a principal fonte de renda era o trabalho autônomo. Isso sugere que, na amostra pesquisada, uma minoria está envolvida em atividades econômicas autônomas para sustento.

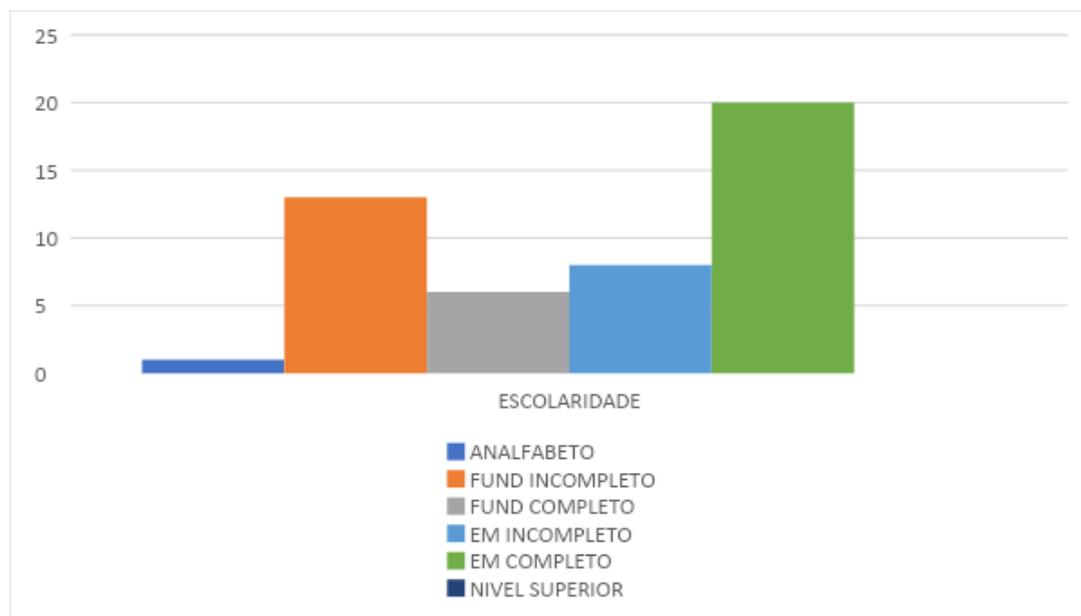
Todavia, a predominância do Bolsa Família como a principal fonte de renda pode indicar desafios significativos no acesso ao emprego formal ou oportunidades de trabalho autônomo mais estáveis para essas famílias. A concentração na dependência do Bolsa Família destaca a necessidade de políticas e programas que visem não apenas à transferência direta de renda, mas também ao apoio ao desenvolvimento econômico sustentável dessas famílias. Já a baixa participação no trabalho autônomo pode refletir possíveis limitações nas oportunidades de emprego ou no acesso a recursos para iniciar negócios próprios.

A interpretação desses resultados indica que, para muitas das famílias que recebem o Bolsa Família na amostra, o programa exerce uma função crucial ao assegurar uma renda mínima. Contudo, ressalta-se a importância de explorar estratégias suplementares visando estimular a inclusão econômica e facilitar o acesso a oportunidades de emprego para essas famílias.

Tratando-se da melhoria no acesso à educação e aprendizagem das crianças e jovens beneficiados pelo PBF, os titulares do benefício responderam unanimemente que houve sim melhorias. Esse dado indica uma percepção positiva dos beneficiários do Bolsa Família em relação ao acesso à educação e à aprendizagem de seus filhos. O fato de todos os entrevistados terem relatado essa melhoria sugere que o programa está alcançando seu objetivo de contribuir para a inclusão educacional das famílias em situação de vulnerabilidade social. Essa informação é relevante, pois mostra que o Bolsa Família está cumprindo seu papel não apenas de transferência de renda, mas também de promoção da educação, o que pode ter impactos significativos no desenvolvimento social e econômico dessas famílias.

O nível de escolaridade dos entrevistados varia entre não alfabetizado até o ensino médio. A análise do dado obtido sobre o nível de escolaridade dos beneficiários do Bolsa Família mostra que há uma diversidade educacional dentro desse grupo específico.

GRÁFICO 07 – Nível de escolaridade dos entrevistados



Fonte: dados da pesquisa

Analisando o gráfico acima, nota-se a predominância de ensino médio completo, equivalente a pouco mais de 41% dos beneficiários entrevistados. Isso pode indicar um nível de escolaridade mais elevado em comparação com outros grupos educacionais. Existe também uma representação significativa do ensino fundamental incompleto que abrange cerca de 27% dos entrevistados. Esse grupo pode enfrentar desafios adicionais relacionados à educação e ao acesso a oportunidades de emprego mais qualificadas. Inversamente proporcional a este, o número de pessoas com ensino médio completo representa apenas 12% dos beneficiários. O grupo de beneficiários com ensino médio incompleto é menor em comparação com aqueles que têm o ensino médio completo, cerca de 17% dos entrevistados. Isso pode sugerir uma tendência de maior conclusão do ensino médio entre os beneficiários.

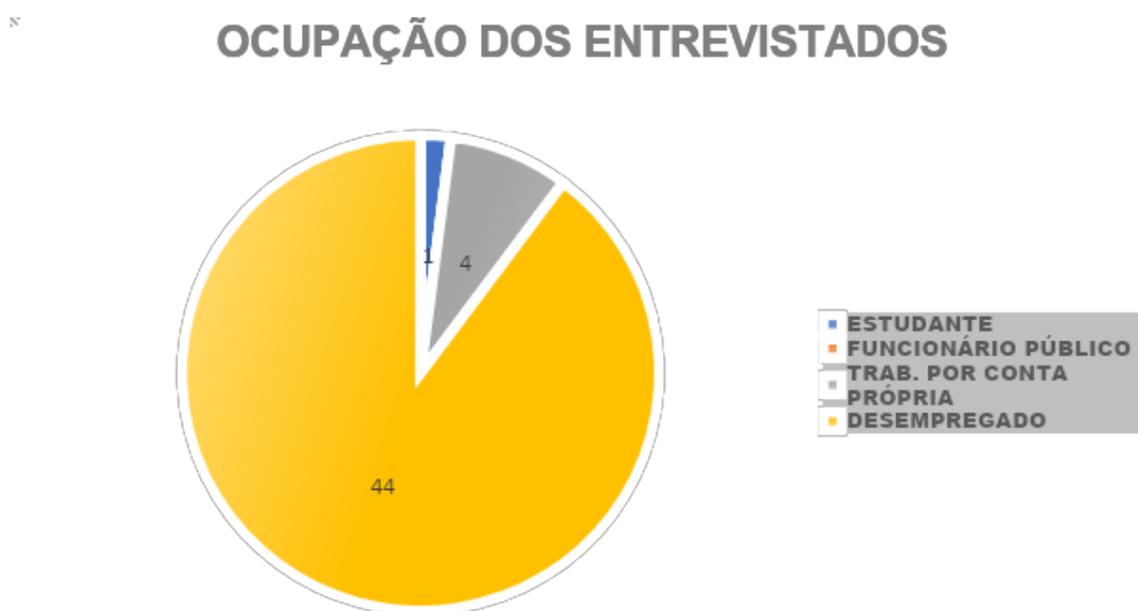
A presença de uma pessoa analfabeta destaca um desafio significativo em termos de alfabetização e pode indicar a necessidade de intervenções educacionais específicas para esse subgrupo.

Essa análise sugere que estratégias de apoio educacional, especialmente para os beneficiários com níveis mais baixos de escolaridade, podem ser uma abordagem importante para promover a inclusão social e econômica. Além disso, programas que incentivem a

conclusão do ensino médio e a capacitação profissional podem ter um impacto positivo na empregabilidade desses beneficiários.

O gráfico abaixo apresenta os dados referentes à ocupação principal dos beneficiários do bolsa família e sua análise destaca algumas características importantes do grupo pesquisado.

GRÁFICO 08 – Principal ocupação dos entrevistados



Fonte: dados da pesquisa

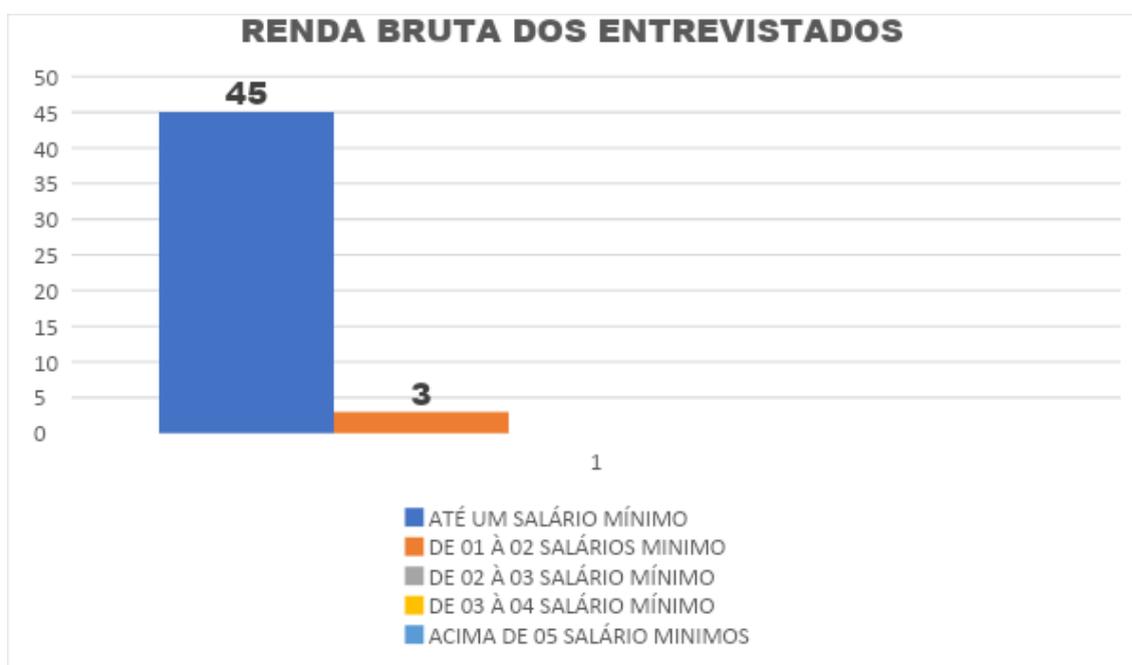
Em primeiro lugar, destaca-se uma alta taxa de desemprego. A maioria esmagadora dos beneficiários, quase 90%, está desempregada. Isso pode indicar desafios significativos no acesso ao mercado de trabalho formal e na obtenção de empregos remunerados. Embora em menor número, a presença de pessoas que trabalham por conta própria sugere uma forma de empreendedorismo ou trabalho autônomo entre alguns beneficiários. Essa pode ser uma estratégia para gerar renda, embora possa enfrentar desafios em termos de estabilidade financeira. A presença de 1 pessoa classificada como estudante destaca o compromisso com a educação, mesmo entre os beneficiários do Bolsa Família. Isso é positivo, pois a educação pode ser uma ferramenta crucial para quebrar o ciclo de pobreza.

Os dados refletem a importância de políticas e programas que abordem as questões de desemprego e educação para esse grupo específico. Dessa forma, estratégias que visam

aumentar a empregabilidade, oferecer oportunidades de capacitação profissional e promover a educação contínua podem ser fundamentais. A alta taxa de desemprego destaca a necessidade de uma abordagem integrada que vise não apenas a renda imediata, mas também questões estruturais relacionadas ao acesso ao emprego e à educação, como forma de melhorar as condições de vida dos beneficiários do Bolsa Família, promovendo a inclusão social e econômica dessas pessoas.

O gráfico a seguir exibe os dados referentes à renda mensal bruta dos beneficiários do Bolsa Família e destaca alguns padrões importantes em relação à situação econômica desse grupo específico.

GRÁFICO 09 – Renda bruta dos entrevistados



Fonte: dados da pesquisa

É perceptível a predominância de pessoas de baixa renda, visto que a grande maioria dos beneficiários, aproximadamente 94%, ganha até 1 salário mínimo. Isso indica uma concentração significativa de famílias em situação de baixa renda, o que pode implicar em desafios financeiros consideráveis para atender às necessidades básicas. A presença de 3 pessoas que ganham de 1 a 2 salários mínimos sugere uma pequena porcentagem (6%) de beneficiários com uma renda um pouco mais elevada. Essa variação na renda pode ser influenciada por fatores como o número de membros da família, a composição familiar e outras fontes de renda.

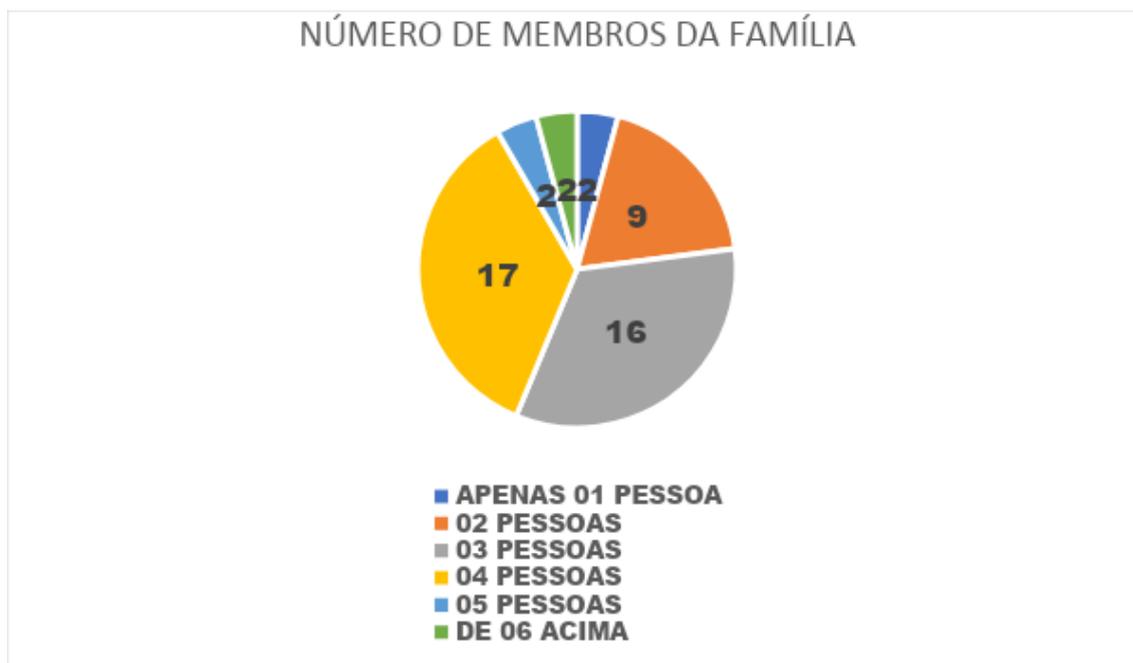
Com isso, a disparidade na renda mensal bruta entre os dois grupos mencionados destaca a desigualdade econômica dentro da amostra de beneficiários do Bolsa Família. Essa desigualdade pode impactar o acesso a recursos e oportunidades. A concentração significativa de beneficiários com renda de até 1 salário mínimo sugere desafios financeiros significativos, como a dificuldade em cobrir despesas básicas, incluindo moradia, alimentação, saúde e educação. Além disso, cabe destacar que, ao se perguntar qual era a renda mensal bruta da família, as respostas foram as mesmas, ou seja, as respostas para a renda mensal bruta pessoal e familiar foram de 90% das pessoas/famílias com até 1 salário mínimo e 6% das pessoas/famílias de 1 a 2 salários mínimos.

Contudo, a predominância de renda de até 1 salário mínimo destaca a vulnerabilidade econômica das famílias beneficiárias, indicando a necessidade crítica do Bolsa Família como uma fonte vital de suporte financeiro para atender às necessidades básicas. O programa desempenha um papel fundamental na mitigação da pobreza extrema e na promoção da inclusão social. Ainda, essa análise sugere que, para muitos beneficiários do Bolsa Família, o programa representa uma parte substancial de sua renda total.

A quantidade de pessoas por família dos beneficiários entrevistados varia de 01 até acima de 06 pessoas. A avaliação das informações do gráfico a seguir sobre o número de membros das famílias que recebem o Bolsa Família proporciona uma compreensão mais profunda da estrutura familiar dentro desse grupo específico. O dado revela que cerca de 36% das famílias beneficiárias são compostas por 4 pessoas. Isso pode indicar uma média do tamanho familiar significativa nesta amostra. Outra parte substancial das famílias beneficiárias (33 %) é composta por 3 pessoas.

A presença significativa desse grupo sugere uma diversidade no tamanho das famílias, mas com uma tendência para médias menores. O dado também indica que 19% das famílias são compostas por 2 pessoas, 4% por com 1 pessoa e outros 8% das famílias com 5 ou mais pessoas. Isso mostra uma diversidade considerável no tamanho das famílias, desde aquelas muito pequenas até aquelas relativamente grandes. A presença de famílias com 5 ou mais pessoas sugere que algumas famílias beneficiárias do Bolsa Família têm uma composição familiar relativamente grande, o que pode impactar suas necessidades e desafios específicos. A diversidade no tamanho das famílias destaca a importância de abordagens personalizadas ao fornecer suporte e assistência, já que famílias menores e maiores podem ter necessidades distintas.

GRÁFICO 10 – Quantidade de pessoas por família dos entrevistados

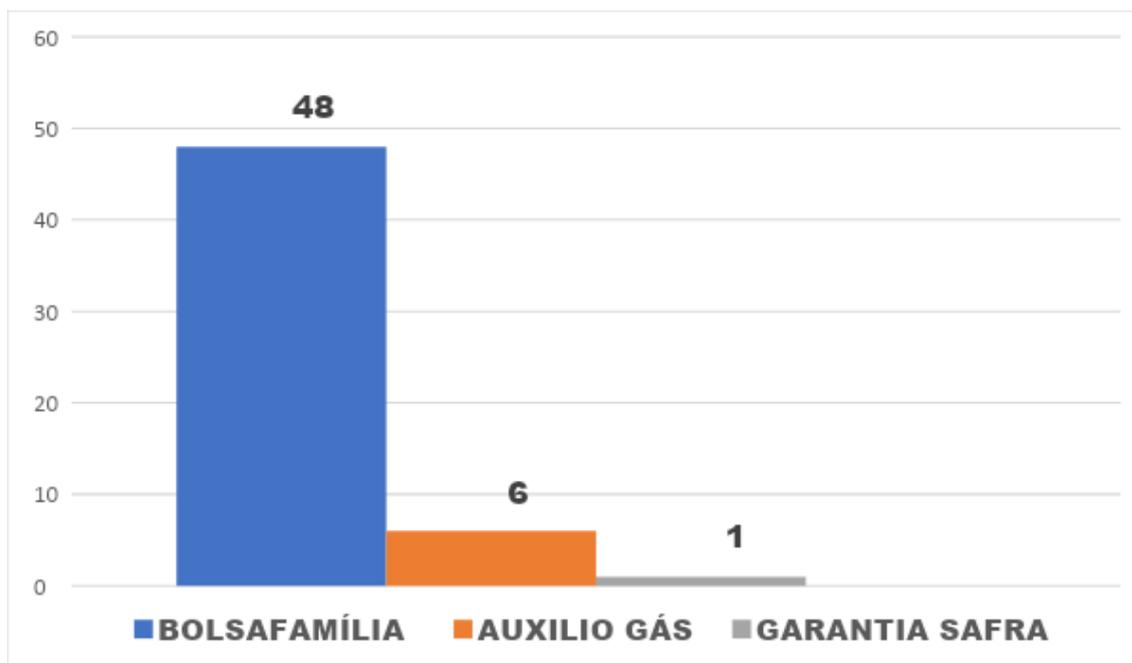


Fonte: dados da pesquisa

Esses dados são relevantes para o planejamento de políticas sociais, pois mostram a diversidade nas características familiares. Isso pode influenciar a alocação de recursos e a implementação de programas que atendam às necessidades específicas de diferentes tipos de famílias. Dessa forma, o conhecimento sobre o tamanho das famílias é essencial para garantir uma distribuição eficiente e equitativa dos recursos, como transferências de renda, serviços sociais e programas de apoio. Em outras palavras, é fundamental adotar uma abordagem que leve em consideração as diferentes dimensões no tamanho das famílias ao formular e aplicar políticas sociais, assegurando que o auxílio seja personalizado de acordo com as necessidades individuais de cada família beneficiária do Bolsa Família.

A análise dos dados do gráfico abaixo sobre a participação em outros programas sociais por parte das famílias beneficiárias do Bolsa Família, fornece informações valiosas sobre a diversidade dos apoios que essas famílias podem receber.

GRÁFICO 11 – Programas sociais que atendem às famílias dos entrevistados



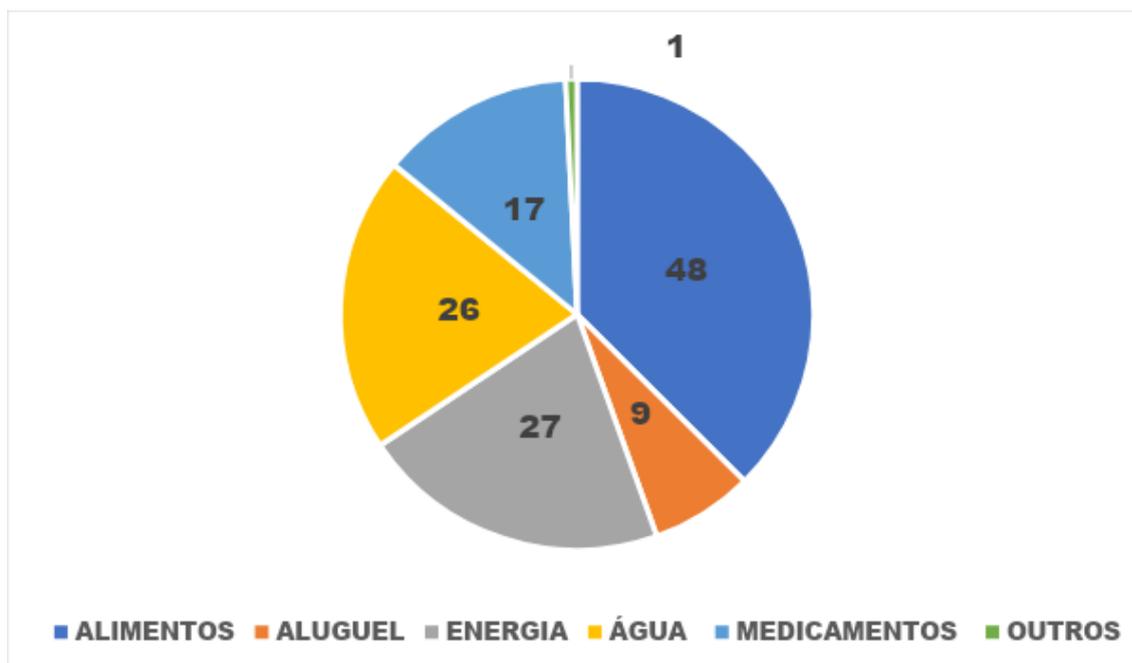
Fonte: dados da pesquisa

Além do Bolsa Família, parte das famílias beneficiárias também recebe outros tipos de assistência. No caso, 6 famílias recebem auxílio gás e 1 família recebe o benefício do Garantia-Safra. O fato de 6 famílias receberem auxílio gás indica que essas famílias podem estar sendo assistidas não apenas com transferências diretas de renda, mas também com apoios específicos, como a garantia de acesso a esse recurso básico. Já a resposta de 1 família que recebe o benefício do Garantia-Safra sugere que pelo menos uma família entre as pesquisadas está envolvida em atividades agrícolas, uma vez que esse programa é voltado para agricultores familiares que sofrem perdas de safra devido a condições climáticas adversas.

Com isso, conhecer a participação em programas como auxílio gás e Garantia-Safra ajuda na identificação de necessidades específicas, como segurança alimentar e apoio agrícola. Ainda, a coordenação efetiva entre diferentes programas sociais é crucial para garantir que as famílias recebam o suporte necessário de maneira eficiente e sem sobreposição.

A análise dos dados a seguir sobre como os beneficiários do Bolsa Família utilizam os recursos recebidos destaca as diversas necessidades e desafios enfrentados por essas pessoas.

GRÁFICO 12 – Como os beneficiários entrevistados gastam os recursos do bolsa família



Fonte: dados da pesquisa

Ao analisar o gráfico, nota-se que 100% dos beneficiários entrevistados relataram gastar os recursos do Bolsa Família com a compra de alimentos. Isso destaca a importância do programa no suporte à segurança alimentar dessas famílias, fornecendo meios para atender a uma necessidade básica. Um número significativo de beneficiários gasta parte dos recursos do Bolsa Família no pagamento de serviços essenciais, como energia e água, 56% e 54% respectivamente.

Isso sugere que a renda do programa é direcionada para despesas que mantêm a qualidade de vida, incluindo acesso a serviços básicos. A presença de 35% dos beneficiários que gastam com medicamentos destaca a importância do Bolsa Família no apoio à saúde, contribuindo para o acesso a medicamentos necessários. Embora em menor número, 19% dos beneficiários gastam parte dos recursos com o pagamento de aluguel. Isso sugere que o Bolsa Família também é utilizado para ajudar no custeio da moradia, uma despesa fundamental para as famílias.

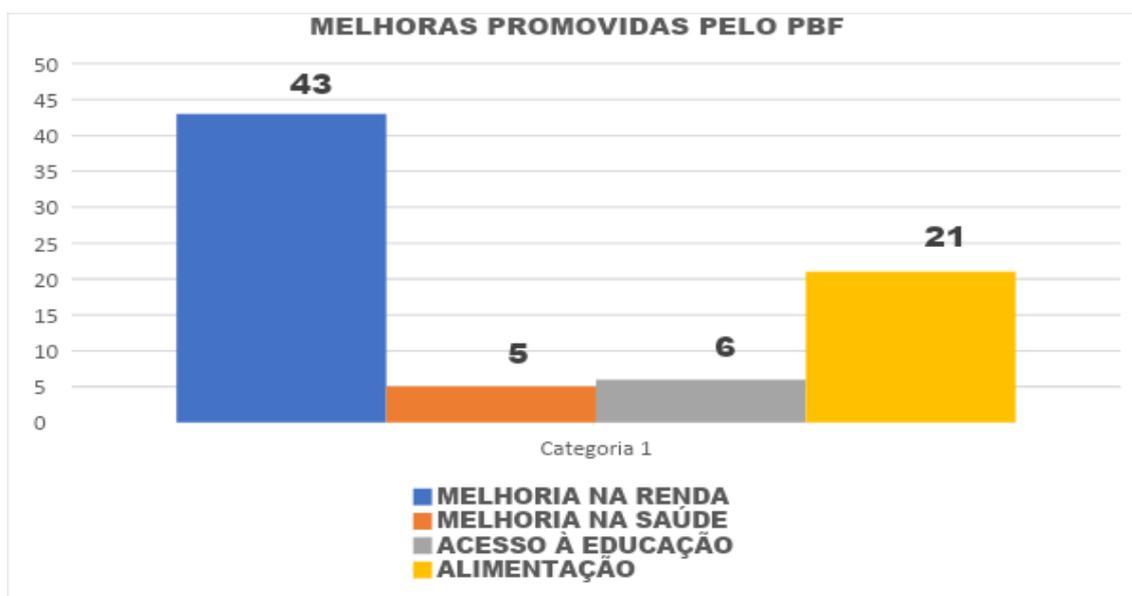
Os dados refletem a diversidade de necessidades das famílias beneficiárias, incluindo alimentação, moradia, saúde e serviços básicos. Todavia, o fato de algumas famílias precisarem gastar com medicamentos, aluguel e outras despesas destaca os desafios

econômicos que muitas dessas famílias enfrentam e a importância do Bolsa Família como um suporte financeiro significativo.

Essa análise sugere que o Bolsa Família desempenha um papel crucial na promoção do acesso a necessidades básicas, mas também destaca os desafios adicionais que muitas famílias enfrentam em áreas como saúde, moradia e serviços públicos. Isso ressalta a importância de políticas públicas que abordam uma variedade de necessidades para proporcionar uma melhoria significativa na qualidade de vida dessas famílias.

A análise dos dados abaixo sobre as melhorias percebidas pelos beneficiários do Bolsa Família destaca os impactos positivos que o programa pode ter em várias áreas.

GRÁFICO 13 – Melhorias promovidas pelo Programa Bolsa Família (PBF)



Fonte: dados da pesquisa

Ao verificar o gráfico acima, percebe-se que a resposta mais comum entre os entrevistados é a percepção de melhoria na renda, com quase 90% das pessoas indicando esse aspecto. Isso sugere que o Bolsa Família desempenha um papel significativo na redução da vulnerabilidade financeira e na promoção de condições econômicas mais estáveis para as famílias beneficiárias. Já a melhoria na alimentação, mencionada por 44% das pessoas entrevistadas, destaca o papel do Bolsa Família na promoção da segurança alimentar. Embora em menor número, 12% das pessoas afirmaram que houve melhoria no acesso à educação. Isso sugere que o programa pode estar contribuindo para incentivar a frequência escolar, o

que é uma das condicionalidades do Bolsa Família. Ainda, a menção de 10% dos beneficiários sobre a melhoria na saúde sugere que o Bolsa Família pode ter impactos positivos na saúde das famílias beneficiárias, possivelmente proporcionando acesso a cuidados de saúde preventivos ou melhorando as condições gerais de vida.

Assim, a diversidade nas respostas enfatiza que os benefícios do Bolsa Família não se restringem a avanços em uma única área. Os beneficiários experimentam melhorias em várias dimensões, indicando um impacto abrangente em suas condições de vida. A diversidade nas melhorias percebidas destaca a necessidade de uma análise mais abrangente ao avaliar os resultados e o impacto do programa. A consideração de múltiplos indicadores é crucial para abarcar a complexidade das transformações na vida dos beneficiários. O fato de que muitos deles observam melhorias em diferentes aspectos de suas vidas sugere uma recepção positiva ao Bolsa Família, com uma contribuição significativa para o bem-estar dessas famílias.

Essa análise indica que o Bolsa Família tem um impacto significativo na renda, alimentação, educação e saúde dos beneficiários. Os resultados positivos refletem a importância de programas de transferência de renda como uma estratégia eficaz para reduzir a pobreza e promover melhorias nas condições de vida das famílias em situação de vulnerabilidade econômica.

Por último e não menos importante, a análise dos dados sobre a percepção dos beneficiários do Bolsa Família em relação à melhoria na qualidade de vida após se tornarem beneficiários destaca um padrão geral positivo, visto que, a grande maioria, representada por 98% das 48 pessoas entrevistadas, afirma que sua qualidade de vida melhorou ao se tornarem beneficiárias de programas sociais, com ênfase no Bolsa Família. Essa percepção positiva sugere que o programa desempenha um papel significativo na promoção do bem-estar dessas famílias. A presença de uma pessoa que não soube responder se houve melhoria na qualidade de vida destaca a importância de considerar diferentes perspectivas individuais. Essa resposta pode indicar incerteza ou a necessidade de uma avaliação mais detalhada dos impactos percebidos.

Com isso, a resposta esmagadoramente positiva ressalta a relevância dos programas sociais, como o Bolsa Família, na melhoria das condições de vida de beneficiários em situação de vulnerabilidade econômica. A percepção positiva da melhoria na qualidade de vida sugere que os programas sociais estão atingindo seus objetivos ao proporcionar um

impacto positivo tangível na vida das pessoas. Porém, apesar da resposta positiva, é importante continuar avaliando e ajustando os programas sociais para garantir que atendam efetivamente às necessidades em evolução das famílias beneficiárias.

Ainda, de acordo com Mendes e Marques (2006), os programas compensatórios, com destaque para o Bolsa Família, juntamente com os programas implementados pelos governos estaduais e municipais (influenciados pela política federal), representam um esforço sem precedentes na história do Brasil para transferir renda às famílias mais pobres. Essas iniciativas têm um impacto significativo na redução da desigualdade social e na melhoria das condições de vida de milhões de brasileiros. Essa afirmação ressalta a importância dos programas sociais como o Bolsa Família na luta contra a pobreza e na promoção da inclusão social. Além disso, destaca a necessidade de uma abordagem coordenada entre os diferentes níveis de governo para garantir a eficácia dessas políticas e maximizar seu impacto positivo na sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos gerais, o estudo demonstra a importância dos programas de transferência de renda no combate à pobreza e às desigualdades econômicas e sociais, em particular o Programa Bolsa Família, no município de Ereré-CE, objeto de estudo deste trabalho. É importante destacar que, em alguns casos, os programas de transferências são a única fonte de renda da família. Fato esse que acarreta uma série de problemas de natureza socioeconômica e social.

No arcabouço teórico que deu sustentação ao trabalho tomou como referência básica o estudo desenvolvido por Campello *et al* (2018). O referido trabalho traz à tona a importância de indicadores como o índice de Gini na aferição de dados relativos à desigualdade social no Brasil, em especial nos municípios de pequeno porte, como é o caso do município de Ereré-CE.

A literatura abordada sobre o Programa Bolsa Família, apresenta consideráveis efeitos na redução da pobreza e na desigualdade, na melhoria de indicadores educacionais e de saúde, bem como, melhoria na qualidade de vida dos beneficiários do programa.

Neste sentido, é importante destacar que essa pesquisa não se apresenta como um produto pronto e acabado, relativamente à discussão sobre a temática, tendo em vista que,

além de ampla e complexa, essa discussão requer estudos mais aprofundados sobre transformações complexas e de longo prazo, as quais fogem aos requisitos deste trabalho. Por outro lado, depende de mudanças na política econômica oficial de cada agente governamental, bem como da continuidade de outras políticas sociais.

Ademais, é preciso considerar que essa pesquisa ainda apresenta limites de natureza comparativa, tendo em vista que o município em questão é beneficiado com outras transferências, principalmente as transferências feitas diretamente à prefeitura municipal e que responde pela geração de empregos e renda daquele município. Todavia, nosso propósito neste trabalho, limitou-se ao estudo do Programa Bolsa Família e sua importância para o município de Ereré-CE. Todavia, deve-se ressaltar que o valor modesto dos benefícios impede que o PBF seja mais eficaz em relação à redução da pobreza e desigualdade, em que pese o referido programa ter por finalidade a complementação de renda das famílias em situação de pobreza.

Atualmente, cada família recebe em média cerca de 600 reais, valor que representa um grande avanço em relação aos primeiros anos do programa, mas que ainda é muito baixo para que cumpra o objetivo de garantir uma renda mínima aos mais pobres, capaz de suprir as suas necessidades básicas.

Ficou evidenciada na pesquisa realizada junto às famílias beneficiárias do PBF, que o referido programa tem um papel fundamental para a aquisição de alimentos, que consomem a maior parte do benefício. Foi possível perceber a importância do programa como suporte no reforço da segurança alimentar das famílias, sobretudo no que se refere ao atendimento das necessidades mais elementares. Também constatamos, na pesquisa, que os benefícios foram utilizados para pagamentos de outras despesas essenciais, como água (54%), energia (56%) e compra de medicamentos (35%), contribuindo, inclusive, para melhorar a qualidade da saúde das pessoas. Ademais, verificamos que os recursos do programa também contribuíram para melhoria das condições de moradias, tendo em vista que 19% dos entrevistados utilizaram os recursos para pagamento de aluguéis.

A pesquisa demonstrou que o programa teve um papel essencial na melhoria do acesso à educação dos filhos, e mais especialmente, no rendimento familiar, tendo em vista que cerca de 90% das pessoas entrevistadas afirmaram a importância do referido programa no melhor condicionamento da renda. Esses resultados sugerem que o Bolsa Família desempenhou uma

importância fundamental para a redução das vulnerabilidades econômicas, sociais e educacionais, proporcionando melhores condições no acesso aos serviços básicos das famílias mais necessitadas.

Finalmente, foi possível concluir que o PBF contribuiu diretamente no combate à pobreza e à desigualdade no Brasil e, sobretudo, nos municípios mais carentes, como Ereré-CE, tendo, portanto, um papel essencial para reforçar o acesso das famílias mais pobres, à saúde, educação e assistência social, particularmente, de pessoas que sempre ficaram à margem da cobertura das políticas públicas, do aparelho estatal.

REFERÊNCIAS

- ALVES, C. L. B. PAULO, E. M. **Ceará: recortes de uma economia em transformação**. 1. ed. Crato: RDS Editora, 2014.
- ANDRADE, J. A.; NUNES, M. A. Acesso à água no semiárido brasileiro: uma análise das políticas públicas implementadas na região. **Revista Espinhaço**, v. 3, n. 2, p. 28-39, 2014.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. Desigualdade de renda, emprego público e transferências de renda no Brasil contemporâneo. **Mercator (Fortaleza)**, v. 18, p. e18008, 2019.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Relatório anual**. Rio de Janeiro: BNDES, 2011.
- BATISTA, Maria Larissa Bezerra; MOURA, José Ediglê Alcantara; ALVES, Christiane Luci Bezerra. Vulnerabilidade socioeconômica no semiárido cearense: um estudo a partir das mesorregiões do estado. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 1001-1032, 2020.
- BIANCARELLI, André M. A Era Lula e sua questão econômica principal: crescimento, mercado interno e distribuição de renda. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 58, p. 263-288, 2014.
- BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol.** Univ. São Paulo-SP, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.
- CAMPELLO, Tereza *et al.* Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. especial 3, p. 54-66, nov. 2018.
- CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. O novo padrão de crescimento no nordeste semiárido. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, n. 3, p. 160-184, jul-set 2014.
- DE CASTRO, JORGE ABRAHÃO. Políticas públicas e desenvolvimento. **Avaliação de políticas públicas**, p. 1, 2014.
- DE SOUZA, Pedro HG *et al.* **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos**. Texto para discussão, 2019.
- FERNANDES, Luis Eduardo da Rocha Maia; CASSIN, Márcia Pereira da Silva. OS GOVERNOS PETISTAS E A CONCILIAÇÃO DE CLASSES: breve balanço e perspectivas para as políticas sociais. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 13-41, 2018.
- GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr., 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 1991.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA APLICADA (IPEADATA).
<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em 13/10/2023.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE).
Caracterização Territorial. 2021. Disponível em:
http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara_em_numeros/2021/territorial/index.htm
Acesso em: 20 jul. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE), 2017.
Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/perfil-municipal-2017/>. Acesso em 28/11/2023.

MANKIW, N., ROMER, D. & WEIL, D. A contribution to the empirics of economic growth.
THE QUARTERLY JOURNAL OF ECONOMICS, pp. 407–437, may/1992.

NEVES, E. P. **Facilidades e dificuldades de alunos da Educação de Jovens e Adultos sobre o currículo de Matemática**. 2020. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia- MG, 2020.

PÔRTO JR, S. da S.; RIBEIRO, E. P. Dinâmica espacial da renda per capita e crescimento entre os municípios da região Nordeste do Brasil - Uma análise markoviana. **REVISTA ECONÔMICA DO NORDESTE**, Fortaleza, v. 34, nº 3, pp. 405-420, jul-set. 2003.

RIBEIRO, E. C. B. de Q.; ALMEIDA, E. S de. Convergência local de renda no Brasil.
REVISTA ECONOMIA APLICADA, Ribeirão Preto, v. 16, n. 3, pp. 399-420, SET/2012.

ROCHA, F. J. S.; VERGOLINO, J. R. de O. Convergência, desigualdade e concentração de renda nas microrregiões do Nordeste brasileiro: 1970-1998. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC**, 30, Anais...Nova Friburgo-RJ, 2002.

RODRIGUES, Tatiane Daby de Fatima Faria; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Josely Alves dos. As Pesquisas Qualitativas e Quantitativas na Educação. **Revista Prisma**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 154-174, 2021.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro Francisco. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf–Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista grifos**, v. 30, n. 51, p. 12-41, 2021.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ – SEDUC.
<https://www.seduc.ce.gov.br/spaace/>. Acesso em 10/11/2023.

SEDDON, D. S. do N. **Vulnerabilidade social no Espírito Santo**: conceito e mensuração. Vitória. 2014. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

VERGARA, S. C. **Tipos de Pesquisa em Administração**. Cadernos EBAP, Rio de Janeiro: FGV, n. 52, jun. 1990.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

UDERMAN, S. **Políticas de desenvolvimento regional no Brasil: limites de uma nova agenda para o nordeste**. **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS**, [S. l.], v. 2, n. 2, pp. 104-129, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento*. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, 2012.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Senhor(a). Estamos realizando essa pesquisa sobre o papel das políticas públicas empreendidas nos governos Lula e Dilma (2003-2016) para a correção dos desníveis econômicos e sociais e para o desenvolvimento regional e local, particularmente do município de Ererê-CE, com a finalidade de captar os resultados dessas ações.... Esta é uma pesquisa acadêmica de conclusão do curso de Ciências Econômicas do Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

1 - Local de Residência?

Zona urbana Zona rural

2 - Gênero? Masculino Feminino

3 - Qual é a sua idade? _____

4 - Qual seu estado civil?

Casado(a)

Solteiro(a)

Separado(a)

Viúvo(a)

Outro(a)

5 - Qual é o nível de escolaridade alcançado?

Analfabeto

Ensino fundamental incompleto

- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação: Especialização Mestrado Doutorado

6 - Qual é a sua ocupação atual?

- Estudante
- Empregado - Se sim Público Privado
- Trabalha por conta própria
- Desempregado
- Aposentado

7 - Qual é a sua renda mensal bruta?

- Até um salário mínimo
- De 1 a 2 SM
- De 2 a 3 SM
- De 3 a 5 SM
- Acima de 5 SM

8 - Principal fonte de renda da família?

Emprego assalariado

Empreendedorismo

Renda de investimentos

Aposentadoria/pensão

Trabalho autônomo

Trabalho temporário

Renda agrícola

Programas sociais

Outro: _____

9 - Qual a renda da família?

Um salário mínimo

De 1 a 2 SM

De 2 a 3 SM

De 3 a 5 SM

De 5 a 6 SM

Acima de 6 SM

10 - Quantas pessoas moram na sua casa? _____

11 - Quantas crianças? _____ E quantos adultos? _____ Mora sozinha(a)?

12 - O(a) senhor(a) é beneficiário(a) de algum programa social do governo federal? () Sim () Não. Se sim, qual(ais)?

() Bolsa família

() Programa minha casa, minha vida

() Programa de Aquisição de Alimentos (PPA)

() FIES

() ProUni

() Auxílio gás

() Garantia safra

() Seguro Defeso

() Outro: _____

13 - Se beneficiário de programa social, como gasta os recursos do benefício? () Alimentos () Pagamento de aluguel () Pagamento de Energia () Pagamento de água () Medicamentos () Outras despesas

14 - Quais tipos de alimentos você compra com o benefício do PBF, se usa para comprar alimentos?

15 - Se beneficiário de programa social, o mesmo contribuiu para melhorar sua qualidade de vida?

() Sim

() Não

() Não soube responder

16 - Se é beneficiário do Programa Bolsa Família, a qualidade do ensino/aprendizagem escolar dos seus filhos melhorou?

Sim

Não

Não soube responder

17 – O(a) senhor(a) sentiu alguma melhora nas condições de vida de sua família após receber o benefício do PBF? Sim Não. Se sim, o que melhorou?

Melhoria na renda

Melhoria na saúde

Melhor acesso à educação

Melhoria na nutrição (alimentação)

Outro: _____

18 - Qual a sua opinião sobre o PBF? O(a) senhor(a) acha que esse programa tem sido eficiente no combate à pobreza das famílias?

Sim

Não

Não soube responder

19 – Possui o cartão de vacina de todos os seus filhos?

Sim

Não

Não soube responder.

Os cartões de vacinação estão em dia? () Sim () Não () Não soube responder

20 - Tem feito os acompanhamentos exigidos pelo PBF na área da saúde? (Por exemplo, pesagem das crianças de 0 a 6 anos, pré-natal e etc)

() Sim

() Não

() Não soube responder

21 - Em qual bairro do município de Ereré- CE você reside?

() Bom Jesus

() Centro

() Francisco Nogueira de Queiroz

() Ipiranga

() José Pessoa de Queiroz Moura (José Moura)

Obrigada!